



Emergência alimentar em Cabo Delgado, Moçambique

Conflitos armados e
deslocações forçadas como
condutores de insegurança alimentar



Relatório da
Ajuda em Ação

Coordenação
Jesús Pérez Marty e Pilar Lara Ruiz-Granados

Tradução
José Dias Ferreira

Fotos
Ajuda em Ação

Conceção e coordenação da recolha
e processamento de dados
Alejandro Zurita, Giualia Tieni e Sophia Buller

.iecah.

Instituto de Estudios sobre Conflictos y Acción Humanitaria
Institute of Studies on Conflicts and Humanitarian Action

Elaborado por
Instituto de Estudos
sobre Conflitos e Ação Humanitária

Investigadoras
Beatriz Abellán e Arantxa Guereña

Coordenador
Camille Nussbaum

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer a todos os entrevistados que contribuíram para este estudo pelas suas valiosas contribuições.

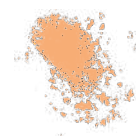
Índice

Acrónimos	5
Sumário executivo	6 7
Introdução	8 9
Cabo Delgado em contexto	10 19
Violência, deslocamentos e crise humanitária	20 25
A resposta humanitária	26 33
Impactos diferenciados da situação de insegurança alimentar na população	34 47
Conclusões	48 49
Recomendações	50 51
Anexo I: Metodologia	52 57
Anexo II: Concentração dos agregados familiares inquiridos em Ancuabe	58
Bibliografia	60

Acrónimos

ACNUR		Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
CIF		Classificação da Fase de Segurança Alimentar Integrada
ESAE		Avaliação de Emergência de Segurança Alimentar
FAO		Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FRELIMO		Frente de Libertação de Moçambique
IDP		Pessoas deslocadas internamente
IRR		Rações de resposta imediata
OCHA		Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação dos Assuntos Humanitários
ONU		Organização das Nações Unidas
PCA		Classificação de consumo alimentar
PAM		Programa Alimentar Mundial
PSEA		Proteção contra a Exploração e Abuso Sexual
SADC		Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

Sumário executivo

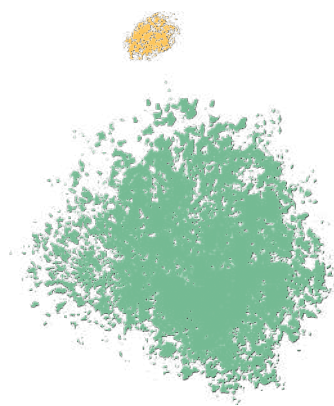


Este relatório apresenta a situação de insegurança alimentar em Cabo Delgado, Moçambique, através da análise dos dados recolhidos no terreno através de um inquérito conduzido pela Ajuda em Ação a agregados familiares vulneráveis de pessoas deslocadas e agregados familiares de acolhimento nos distritos de Ancuabe e Metuge. Esta análise foi enriquecida com o contributo de um conjunto de entrevistas com informadores chave na área, bem como relatórios de situação realizados pelas Nações Unidas e outras agências.

Desde 2017, ataques violentos de grupos insurgentes desencadearam um fluxo constante de pessoas deslocadas. A violência, associada a condições de fragilidade institucional e vulnerabilidade climática, exacerbaram profundamente a insegurança alimentar. O impacto tem sido particularmente agudo na população deslocada, privada dos seus próprios meios de subsistência nas áreas de acolhimento. No último ano, o efeito combinado do conflito armado, da seca e da pandemia COVID-19 reduziu de forma alarmante a disponibilidade de alimentos em Cabo Delgado.

Só nesta província, mais de 800.000 pessoas tinham sido deslocadas internamente até julho de 2021, o equivalente a um terço da sua população. A maioria tem procurado refúgio junto de familiares ou amigos. O afluxo maciço de pessoas deslocadas exerce uma enorme pressão sobre os já escassos recursos e sistemas alimentares das famílias anfitriãs, que já anteriormente sofriam de acesso limitado a alimentos, rendimentos e serviços básicos.

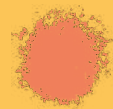
A análise dos resultados do inquérito mostra que a escassez de alimentos é a principal preocupação tanto nas famílias deslocadas como nas famílias anfitriãs. Em ambos os casos,



a alimentação é inaceitável pelos padrões internacionais. As famílias têm falta de stocks de grãos básicos e, se os têm, apenas cobrem as suas necessidades durante menos de um mês. Uma vez que não têm produção própria, a maioria gasta mais de 90% do seu baixo rendimento, obtido principalmente do trabalho agrícola temporário ou da ajuda externa, na compra de alimentos.

Os dados mostram que o impacto da crise não é homogêneo. A situação de insegurança alimentar é significativamente mais grave no distrito de Ancuabe do que em Metuge. Em termos de localidades, as que apresentam piores indicadores são Metoro, Ancuabe Sede e Chiote. Os agregados familiares em centros de realojamento mostram um melhor estado de segurança alimentar do que os que se encontram em abrigos ou outros locais. Observam-se melhores indicadores para as famílias com terras próprias ou direitos de acesso à terra, bem como (embora com diferenças menos significativas) para as famílias cuja alimentação depende da sua própria produção de grãos básicos. As famílias deslocadas há mais tempo apresentam piores indicadores de consumo alimentar do que as recém-chegadas, refletindo o agravamento da insegurança alimentar ao longo do tempo. Não existem diferenças entre as famílias lideradas por homens e mulheres.

Os resultados desta análise revelam a magnitude da crise alimentar e salientam a fragilidade crónica dos sistemas alimentares e dos meios de subsistência nas comunidades de acolhimento. Apela às partes interessadas, e em particular às agências humanitárias, para que reforcem a ajuda na região e respondam ao apelo de financiamento das Nações Unidas, a fim de prestarem uma assistência duradoura. Tanto as pessoas deslocadas como as comunidades de acolhimento têm necessidades urgentes de alimentação, abrigo, proteção e serviços básicos. Como a violência e a fome se reforçam mutuamente, é imperativo abordar a construção da paz e o reforço de sistemas alimentares resilientes ao mesmo tempo, nesta resposta a crises, o que inclui necessariamente facilitar o acesso à terra, aos meios de produção e à tecnologia.



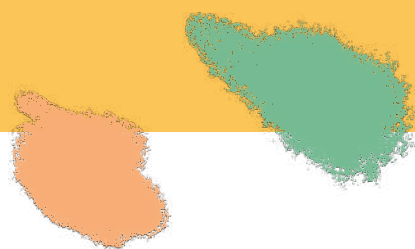
Introdução

A província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, tem estado mergulhada em violência desde 2017, o que, associado a fenómenos meteorológicos extremos, tem agravado a situação humanitária. Ataques constantes à população local por grupos armados e confrontos com forças governamentais levaram a um fluxo maciço de deslocações internas, principalmente para os distritos da região sul de Cabo Delgado, bem como para outras províncias do país.

O número de pessoas deslocadas internamente está a aumentar constantemente, o que está a exercer pressão sobre as capacidades de resposta das comunidades de acolhimento, autoridades governamentais e agentes humanitários. As exigências prementes de abrigo, proteção, alimentação e serviços básicos por parte das populações deslocadas são agravadas pela escassez crónica da população residente numa região historicamente empobrecida cujos sistemas alimentares de subsistência são frágeis e extremamente vulneráveis aos efeitos do aquecimento global.

A Ajuda em Ação está presente na província de Cabo Delgado desde 2016. A fim de identificar as necessidades e os riscos humanitários enfrentados tanto pela população deslocada como pela população de acolhimento, as suas equipas e parceiros no terreno inquiriram mais de mil famílias (1.045) e mais de 5.000 pessoas numa situação de vulnerabilidade face à escassez de alimentos e de serviços essenciais. Este inquérito foi baseado na metodologia do Programa Alimentar Mundial (PAM) para a avaliação da segurança alimentar em casos de emergência (EFSA). Os distritos de Metuge e Ancuabe foram selecionados porque, com exceção da cidade de Pemba, acolhiam o maior número de pessoas deslocadas na altura do inquérito (entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021).

Este documento analisa os resultados do inquérito com o objetivo de detalhar as vulnerabilidades, capacidades e necessidades tanto das populações residentes como deslocadas nestes distritos, com particular incidência nos aspetos relacionados com a segurança alimentar. Para aprofundar e



interpretar a análise dos dados recolhidos através do inquérito, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes de agências humanitárias e governamentais durante o mês de setembro de 2021, bem como uma revisão das fontes secundárias que compilam dados sobre a situação na área.

É importante notar que este estudo representa um retrato de um determinado momento, no final de 2020 e início de 2021 que não pode ser entendido isoladamente, uma vez que se trata de um contexto em rápida mudança e em rápida evolução. No entanto, esta análise permite-nos identificar alguns desafios-chave para a resposta humanitária, de modo a que esta possa promover a estabilidade social através do reforço da segurança alimentar.

Com este documento, baseado em informações recolhidas no terreno, a Ajuda em Ação e o Instituto de Estudos sobre Conflito e Ação Humanitária (IECAH) pretendem analisar as tendências das necessidades humanitárias das populações

afetadas pelo conflito em Cabo Delgado, com particular destaque para o impacto na segurança alimentar. Em primeiro lugar, destina-se aos agentes humanitários e de desenvolvimento que trabalham na área ou que o possam vir a fazer no futuro. Segundo, às instituições governamentais com responsabilidades na gestão de crises, particularmente na área da segurança alimentar. Finalmente, procura também sensibilizar os decisores sobre o financiamento da ajuda humanitária para assegurar que a assistência seja adaptada às necessidades.

A primeira secção do documento apresenta o contexto socioeconómico e político do conflito; a segunda secção apresenta os dados mais recentes sobre a deslocação interna e as suas consequências humanitárias; a terceira secção aborda a resposta humanitária, os seus principais intervenientes, as suas realizações e desafios; a quarta secção analisa os impactos diferenciados da crise com base nos resultados do inquérito; e, por fim, são partilhadas as principais conclusões e recomendações.

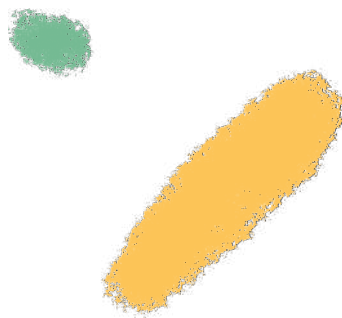
Cabo Delgado em contexto





A província de Cabo Delgado enfrenta um grave problema de insegurança com múltiplas causas, incluindo altos índices de pobreza, desigualdades sociais e territoriais, uma administração frágil em termos de cobertura de prestação de serviços, exclusão social, descontentamento juvenil, a influência do extremismo jihadista, bem como interesses económicos em relação aos recursos minerais e de gás. Os efeitos desta crise de instabilidade afetam diretamente a vida das pessoas na área de influência, mas também ameaçam a estabilidade regional ao longo de toda a costa da África Oriental*.

(*) Instituto da Paz dos Estados Unidos da América, USIP (2021). "Five Keys to Tackling the Crisis in Mozambique's Cabo Delgado."



Em mais de três anos de conflito, a violência resultou em cerca de 3.000 mortes e deslocações em massa na região¹. Isto, associado a fenómenos meteorológicos extremos, desencadeou uma situação humanitária terrível. De acordo com o Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários da ONU (OCHA), 1,3 milhões de pessoas necessitam de assistência humanitária e proteção urgentes em resultado da escalada da violência em Cabo Delgado e províncias vizinhas no norte².

Dados demográficos e situação sanitária

Com uma população de mais de 31 milhões de habitantes³, Moçambique é o quarto país mais populoso do continente africano. Estima-se que 68% vivem em zonas rurais e 60% na costa⁴. O seu território está dividido em onze províncias, sendo Cabo Delgado a mais setentrional, na fronteira com a Tanzânia. A população de Cabo Delgado é, de acordo com o censo de 2017, de 2.289.943 habitantes⁵. Destes, 54% são muçulmanos, que representam apenas 18% no país como um todo⁶.

Moçambique está no fim da lista dos países do mundo com a pior situação económica e social. Em 2019, classificou-se 3em 181º de entre 189 países no Índice de Desenvolvimento Humano⁷. Entre 41% e 46% da população vive abaixo do limiar da pobreza⁸ (dados de 2016). De acordo com o Plano de Reconstrução de Cabo Delgado de 2021 divulgado pelo Governo

3. Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial.

4. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Sobre Moçambique.

5. Governo de Moçambique (2021): Plano de Reconstrução de Cabo Delgado das Zonas Afetadas pelo Terrorismo (2021 - 2024).

6. Departamento de Estado dos E.U.A.. (2019). 2019 Report on International Religious Freedom: Mozambique.

7. UNDP. (2020). Briefing note for countries on the 2020 Human Development Report, Mozambique.

8. Santos, R. & Salvucci, V. (2016) Poverty in Mozambique: Significant progress but challenges remain. WIDER Policy Brief 2016/6. Helsinki: UNU-WIDER.

1. Grupo Internacional de Crise. Relatório nº303/África. 11 de junho de 2021.

2. OCHA. (2020). Plano de Resposta Humanitária de Moçambique 2021.



de Moçambique, o PIB da província era de 500 USD em 2014, e caiu para menos de 300 USD em 2020. A taxa de crescimento caiu de 2,4% em 2017 para -3,8% em 2020, devido ao efeito combinado do conflito e da pandemia. De acordo com os dados apresentados neste plano, 44,8% da população da província vive abaixo do limiar da pobreza⁹.

A esperança média de vida em Moçambique é de 65 anos para as mulheres e de 59,1 anos para os homens¹⁰. A mortalidade infantil de menores de cinco anos é de 61,1 por 1.000 nascimentos e a idade média da população é de 17,6 anos¹¹.

Existe uma grande desigualdade, pois os progressos do desenvolvimento têm-se concentrado nas cidades e no sul do país¹². A província de Cabo Delgado tem indicadores muito piores do que o resto do país, com uma esperança de vida de 48 anos, taxas de analfabetismo de 60,7% e cobertura do abastecimento de água de 44%¹³.

No que diz respeito à situação sanitária, Moçambique é um país propenso a surtos de malária, cólera e VIH. A insegurança reduziu

a capacidade dos serviços de saúde de dar resposta a estes surtos e prestar serviços essenciais, tais como cuidados de saúde sexual e reprodutiva e imunização, entre outros¹⁴. O conflito levou à destruição de 27% das unidades de saúde na região e deixou os distritos mais afetados pela violência sem instalações disponíveis. (Mocímboa da Praia, Macomia, Muidumbe y Quissanga)¹⁵.

Instabilidade social e vulnerabilidade climática

Moçambique, e especificamente a província de Cabo Delgado, apresentam um conjunto de elementos que catalisam a instabilidade social, nomeadamente a desigualdade e a pobreza; assimetrias de desenvolvimento regional, particularmente entre a província de Cabo Delgado e as regiões do sul do país, especialmente em Maputo; perturbação em áreas onde a presença do Estado é mais limitada, especialmente nas áreas onde a rede de serviços públicos é mais pobre; conflitos entre grupos étnicos e religiosos com particular ênfase para o Islão; o monopólio do poder governamental durante os últimos 40 anos, durante os quais o país foi governado por um único partido e o seu controlo tradicional sobre as estruturas de poder em grandes partes do território e da administração; a incidência de atividades ilícitas na vida social e económica do país, em particular o tráfico de recursos

9. Governo de Moçambique (2021): Plano de Reconstrução de Cabo Delgado das Zonas Afetadas pelo Terrorismo (2021 - 2024).

10. Worldometers. Mozambique Demographics.

11. Ibid.

12. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. About Mozambique.

13. MASC. 2021. Malamulelo. Cabo Delgado precisa do apoio de todos.

14. Ibid.

15. WHO. (2021). Responding to cholera in Mozambique.



naturais e de produtos ilegais; o frágil controlo das fronteiras; a fragilidade da administração e do sistema judicial; a insatisfação dos jovens com a situação do país em geral e, em particular, perante a falta de oportunidades para uma vida digna e de acesso ao emprego; interesses sobre a terra e recursos naturais da área; e a presença de grandes projetos extrativos, com o maior investimento na história da África Austral no projeto de extração de gás da bacia do Rovuma.

A localização geográfica de Moçambique, o baixo nível de desenvolvimento, a pobreza crónica e a exposição frequente a fenómenos climáticos extremos tornam-no um dos países mais vulneráveis do mundo às alterações climáticas. Em 2019, Moçambique foi o país mais afetado por eventos climáticos extremos, seguido do Zimbabué e das Bahamas¹⁶. Está em quinto lugar entre 180 países, de acordo com o índice de risco climático para o período de 2000-2019¹⁷. Os principais riscos e ameaças incluem ciclones frequentes, secas e inundações, surtos de diversas doenças (malária, cólera) e a situação causada pela

pandemia da COVID-19. Esta situação é ainda mais difícil em Cabo Delgado, uma província afetada pelo conflito armado.

Só em 2019, os ciclones Idai e Kenneth causaram mais de 500.000 deslocações internas. Estima-se que nos últimos 40 anos, cumulativamente, cerca de 20 milhões de pessoas foram afetadas por ciclones tropicais, secas, inundações, epidemias, conflitos e outros riscos perigosos¹⁸. Dois terços das pessoas afetadas permaneceram deslocadas internamente.

O conflito armado

Para além do acima referido, outros elementos tiveram uma influência mais direta na génese do conflito armado, tais como a presença de projetos de extração de grande escala no distrito de Palma e uma má gestão das expectativas da população afetada. As promessas de emprego e riqueza não se concretizaram a curto prazo, o que provocou insatisfação entre as comunidades locais.

Outro fator que teve um impacto direto foi a agora histórica crise inter-religiosa do Islão na África Oriental e nas últimas

16. Germanwatch. (2021). "Global Climate Risk Index 2021 Who Suffers Most from Extreme Weather Events? Weather-Related Loss Events in 2019 and 2000-2019".

17. Ibid.

18. UNHCR / ACNUR. "Climate change and disaster displacement".



décadas em Moçambique. A influência de grupos de natureza salafi, com princípios e valores mais ortodoxos, entrou em conflito com grupos sufistas que se foram combinando com as culturas locais durante séculos. Esta penetração de um Islão mais ortodoxo conduziu a conflitos internos, dentro das comunidades, com jovens que tinham estudado no estrangeiro trazendo novas práticas e princípios. Isto, por sua vez, levou a conflitos inter-geracionais no seio das confissões religiosas, com acusações e conflitos com o Estado por causa do seu radicalismo.

Todas estas questões cristalizaram-se em outubro de 2017, quando teve lugar o ataque à aldeia de Mocímboa da Praia, a primeira manifestação violenta do conflito em curso. Durante os anos seguintes, o conflito tem vindo a alastrar no interior, com particular incidência na região centro e norte da província e nos distritos vizinhos de Palma, Macomia, Nangade e Muidumbe, atingindo cerca de 30% da área de Cabo Delgado.

O conflito agudizou-se em 2019 e 2020, passando de uma situação de milícias armadas que atacavam pequenas cidades para grupos organizados e fortemente armados que se apoderavam de aldeias e cidades nas regiões centro e norte da província, incluindo Macomia, Muidumbe,

Quissanga, novamente Mocímboa da Praia e, finalmente, a cidade de Palma, já em 2021.

O movimento foi reforçado com financiamento externo, apoio logístico e militar, e alguns analistas identificaram mesmo ligações diretas com islamistas da África Oriental, embora a relação com o ISIS não seja clara. As preocupações com o risco do surgimento de um nicho do ISIS na região estão a crescer¹⁹.

O ataque à cidade de Palma em março de 2021 por grupos armados exacerbou a crise humanitária, provocando a deslocação de quase 70.000 pessoas. Muitas delas já estavam deslocadas em Palma. É também importante notar o impacto económico deste ataque, uma vez que Palma é um dos centros operacionais das empresas de energia. Estima-se que cerca de 5.000 pequenas e médias empresas tenham sido afetadas pela insurreição²⁰.

Perante a terrível situação humanitária e de proteção, em março de 2020 o governo moçambicano criou a Agência de

19. Grupo Internacional de Crise. Stemming the Insurrection in Mozambique's Cabo Delgado Africa Report N°303 | 11 June 2021.

20. República de Moçambique. (2021). Plano de Reconstrução de Cabo Delgado das Zonas Afetadas Pelo Terrorismo (2021-2024) PRCO

Os impactos deste conflito são também de grande alcance, e espera-se que a assistência humanitária se mantenha

Desenvolvimento Integrado do Norte para coordenar a assistência humanitária e de reconstrução²¹.

No último mês de agosto, com o apoio das forças ruandesas e sul-africanas, algumas das principais cidades tomadas por grupos rebeldes foram reconquistadas²². No entanto, a situação de emergência está longe de ter terminado. Os impactos deste conflito são também de grande alcance, e espera-se que a assistência humanitária se mantenha. Os danos estruturais, tanto a nível logístico com a destruição das infraestruturas rodoviárias, como a nível da reconstrução política e social da região, levarão tempo a ser reparados.

21. Grupo Internacional de Crise. Stemming the Insurrection in Mozambique's Cabo Delgado Africa Report N°303 | 11 June 2021.

22. Hanlon, Joseph. "Mozambique insurgency: Rwanda leads the fightback."

Impacto da COVID-19

Em termos do impacto da pandemia COVID-19 no país, as consequências têm sido mais intensas nas cidades do que nas zonas rurais. Segundo números oficiais, 1.924 pessoas morreram devido ao vírus e 151.061 foram infetadas²³.

No entanto, a nível logístico, tem havido efeitos significativos nas cadeias de distribuição e na chegada de produtos importados a um país onde existe uma elevada dependência de produtos externos, especialmente em termos de consumo urbano. Este facto teve um impacto no preço dos alimentos básicos. As medidas de contenção também afetaram particularmente as famílias urbanas e periurbanas pobres cujas fontes de rendimento

23. COVID-19 Dashboard. Universidad de Medicina Johns Hopkins. Dados de 15 de outubro de 2021.



dependem de negócios informais, fazendo com que a sua situação alimentar se agravasse dramaticamente²⁴.

Fragilidade crónica dos sistemas alimentares

De acordo com o índice mundial *Índice Global da Fome de 2021*²⁵. Moçambique está classificado em 106º lugar num total de 116 países e a sua situação é considerada alarmante. Segundo os últimos dados do PAM (Maio de 2021), 2,9 milhões de pessoas em Moçambique estão a enfrentar uma situação de subnutrição²⁶. Isto significa que,

num ano, a insegurança alimentar quase duplicou pois aquele número era de 1,6 milhões de pessoas em outubro de 2020²⁷.

Dentro de Moçambique, Cabo Delgado está entre as províncias com os piores indicadores de segurança alimentar. Mesmo antes da atual crise humanitária, a insegurança alimentar já era uma preocupação, com taxas de subnutrição crónica mais elevadas do que a média nacional²⁸. 53% das crianças com menos de cinco anos sofriam de atraso no crescimento, em comparação com 43% a nível nacional. A baixíssima diversidade alimentar é um dos principais fatores relacionados com a baixa diversidade da produção e questões de cultura alimentar. Uma análise de tendências utilizando dados de 2006, 2009 e 2013

24. Famine Early Warning Systems Network. Mozambique Food Security Outlook Update. Agosto 2021.

25. Ajuda em Ação (2021) Índice Global da Fome: A fome e os sistemas alimentares em situações de conflito.

26. WFP. (2021). Mozambique Country Brief May 2021.

27. WFP. (2021). Mozambique Country Brief October 2020.

28. USAID. Mozambique Nutrition Profile.

mostrou o declínio da segurança alimentar na província de Cabo Delgado associado ao baixo consumo de alimentos ricos em micronutrientes e proteínas, tais como frutas, vegetais, legumes e carne²⁹.

A agricultura de subsistência e a criação de gado, a pesca artesanal, o pequeno comércio e a exploração florestal são as atividades que sustentam a alimentação e os meios de subsistência dos agregados familiares nesta província. O milho e a mandioca (e nas zonas ribeirinhas, o arroz) são as principais culturas e alimentos de base, enquanto, ocasionalmente, a caça e a pesca complementam a alimentação. Quando a produção própria não é suficiente, as famílias recorrem à compra ou à troca para satisfazer as necessidades alimentares. Também obtêm rendimentos ou produtos alimentares através de trabalho informal, comércio de carvão vegetal e outros produtos florestais.

Este empobrecimento da alimentação tem coincidido com uma crescente dependência das compras de alimentos, em detrimento da própria produção. Este facto tornou as famílias muito pobres, mais vulneráveis, uma vez que gastam uma elevada percentagem do seu rendimento em alimentos. Muitos destes, incluindo o milho (do qual Moçambique é um importador líquido), são importados e, portanto, suscetíveis à volatilidade dos preços nos mercados internacionais. Como exemplo desta vulnerabilidade, a crise mundial do aumento dos preços dos alimentos em 2008 levou a um aumento de 63% no preço do milho a nível nacional em comparação com 2007³⁰.

29. WFP. (2016). Trend Analysis: Key Food Security & Nutrition Indicators - Mozambique.

30. Programa Alimentar Mundial (2016). Trend Analysis: Key Food Security & Nutrition Indicators - Mozambique.

Em abril de 2017, todos os distritos de Cabo Delgado encontravam-se em fase crítica de insegurança alimentar aguda (IPC fase 3). No distrito de Ancuabe, 50% das pessoas encontravam-se em situação de insegurança alimentar aguda³¹.

95 % da produção agrícola é de sequeiro, o que a torna extremamente vulnerável aos efeitos das alterações climáticas e da precipitação sazonal. O aumento das temperaturas, padrões de precipitação cada vez mais irregulares, e secas e cheias mais frequentes e intensas têm impacto na produtividade de culturas como o milho, onde se esperam quedas até 25 %. O impacto é ainda maior nas mulheres e raparigas, que fazem a maior parte do trabalho agrícola. Dado o acesso limitado a terras produtivas, a adaptação às alterações climáticas limita-se a alterar as datas de plantação e as variedades de culturas³².

Muitas famílias em Cabo Delgado ainda estão a recuperar do impacto do ciclone Kenneth em abril de 2019, que afetou 374.000 pessoas. A previsão de eventos climáticos mais extremos e o aumento de pragas e doenças das culturas devido à variabilidade climática são ameaças adicionais que têm afetado a produção alimentar³³.

31. Ministério de Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique. (2017). Relatório da Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional.

32. Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos (2018) Climate Change Profile Mozambique.

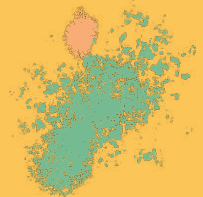
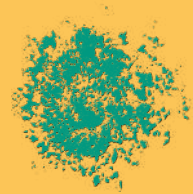
33. FAO (2021). Mozambique Humanitarian Response Plan 2021.



FATORES ASSOCIADOS À INSEGURANÇA ALIMENTAR NESTA ÁREA

Extraídos das entrevistas
com os principais inquiridos

- Acesso limitado à terra e à água, recursos produtivos vitais para o desenvolvimento de sistemas agroalimentares.
- Baixa produtividade devido à falta de tecnologias apropriadas e baixa resiliência climática.
- Falta de infraestruturas de produção, armazenamento e transporte de alimentos para levar a produção aos consumidores finais no caso da população urbana, e a falta de sistemas de armazenamento que permitam a conservação dos alimentos nas zonas rurais.
- Baixa capacidade de investimento das famílias para melhorar os sistemas produtivos devido às condições de pobreza.
- Falta de conhecimentos por parte dos fabricantes de técnicas de produção e conservação de alimentos.
- Falta de investimento estatal em infraestruturas produtivas, serviços de extensão em práticas agrícolas resilientes e mercados alimentares locais.



Violência, deslocações e crise humanitária



Esta secção descreve a crise humanitária em Cabo Delgado, a magnitude dos fluxos de pessoas deslocadas internamente e as principais consequências da crise.

A crise humanitária em números

A violência que se intensificou no norte de Moçambique desde outubro de 2017 conduziu a uma crise humanitária premente. A população deslocada internamente subiu de 49.000 em abril de 2019 para 72.000 em abril de 2020 e mais de 732.000 em abril de 2021 (ver Gráfico 1). Isto representa aproximadamente um terço da população total da província. 46 % da população deslocada são crianças, 31 % são mulheres e 23 % são homens¹.

Os números não param de aumentar. Segundo o governo moçambicano, no final de julho de 2021, o número de pessoas

deslocadas internamente na província de Cabo Delgado já tinha ultrapassado os 826.000². Estima-se que nove em cada dez pessoas permanecem na mesma província e as restantes deslocaram-se para outras províncias próximas.

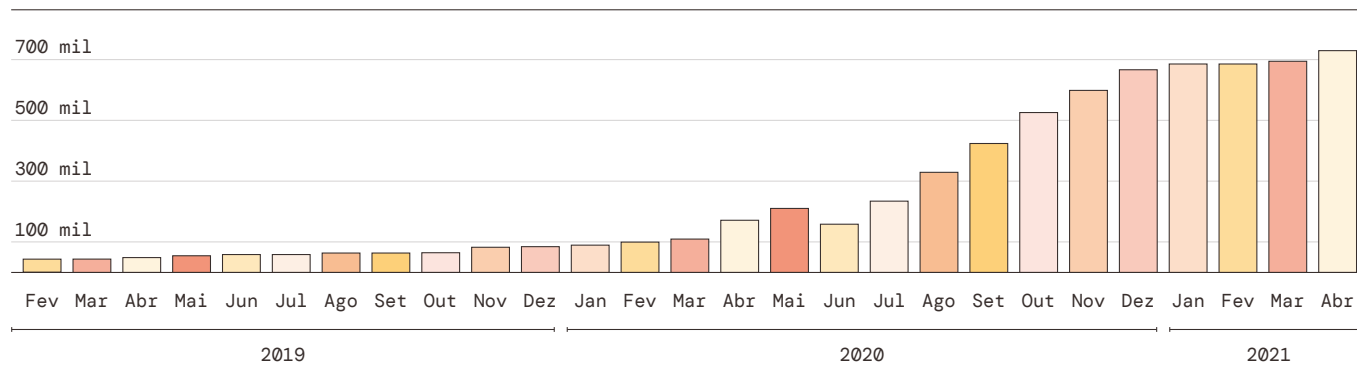
Dois terços das pessoas deslocadas foram forçadas a fugir em mais de uma ocasião para salvar as suas vidas. Muitos dos quase 70.000 que fugiram da cidade de Palma após o ataque de março de 2021 tinham sido anteriormente deslocados de outros locais³. Embora alguns tenham podido regressar às suas aldeias de origem, a maioria não espera fazê-lo a curto prazo por medo de grupos armados, apesar da ofensiva do governo

2. Rede de Sistemas de Alerta Precoce de Fome. Mozambique Food Security Outlook Update. August 2021.

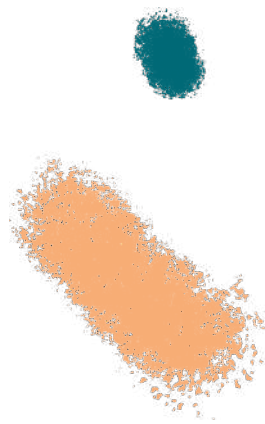
3. OCHA (2021). Mozambique Access Snapshot - Cabo Delgado Province. Julho 2021.

1. IOM. (Abril 2021). DTM Mozambique Baseline Assessment Round 12 Cabo Delgado, Nampula, Niassa, Sofala e Zambezia Provinces.

Gráfico 1. População deslocada em Cabo Delgado (fevereiro de 2019 a abril de 2021)



Fonte: OCHA. Snapshot de Acesso a Moçambique - Província de Cabo Delgado. Julho 2021



apoiada pelas tropas do Ruanda e pela Missão da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) em Moçambique⁴.

Descrição das famílias entrevistadas

O inquérito a 1.045 agregados familiares aplicado pela Ajuda em Ação foi realizado em dois dos principais distritos de acolhimento de deslocados: Metuge e Ancuabe (**ver Mapa 1**). O **Gráfico 2** mostra a distribuição por localidade. Revela que a população deslocada estava concentrada na altura do inquérito no distrito de Ancuabe, principalmente em Ancuabe Sede, enquanto a população local inquirida estava concentrada em Metuge Sede e Ancuabe Sede. É de salientar que mais de um terço da amostra (382 agregados familiares) estava concentrada na localidade de Ancuabe.

Quanto aos locais de origem das pessoas deslocadas, como mostra o **Gráfico 3**, quase metade dos agregados familiares inquiridos provêm do distrito de Macomia (46%), seguido de Quissanga (22%), Muidumbe (14%) e Mocímboa da Praia (14%). Estes distritos coincidem com as áreas em que a violência se intensificou.

A grande maioria dos agregados familiares (82%) estava na comunidade de acolhimento há menos de seis meses à data

do inquérito, enquanto apenas 3% estava na comunidade de acolhimento há mais de um ano (**ver Gráfico 4**).

Preocupações e ameaças enfrentadas pelos agregados familiares

A escalada da violência, juntamente com o impacto da pandemia, os ciclones e as secas deixaram centenas de milhares de pessoas a precisar de assistência e proteção humanitária. Estima-se que mais de 900.000 pessoas possam estar numa situação crítica de insegurança alimentar aguda (IPC Fase 3 ou superior) nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula, das quais 227.000 estariam em situação de emergência (IPC Fase 4)⁵.

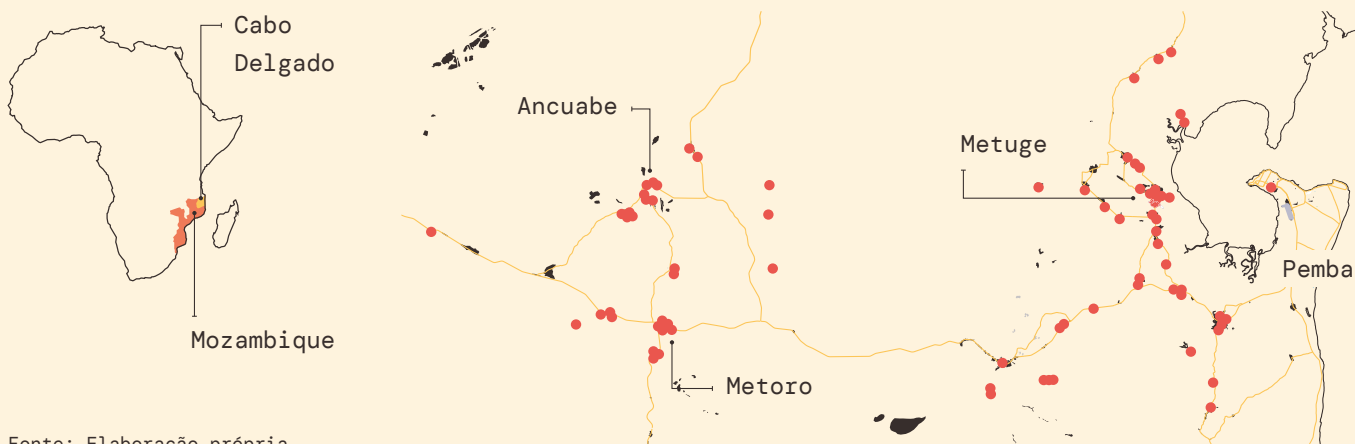
A violência armada paralisou quase completamente as atividades económicas e produtivas em áreas diretamente afetadas pelo conflito. As famílias enfrentam uma crise alimentar devido à destruição dos seus meios de subsistência, à perturbação dos mercados locais e ao aumento dos preços devido à escassez.

Tanto as pessoas deslocadas como as comunidades de acolhimento têm necessidades urgentes de abrigo, proteção e assistência

4. OCHA (2021). Mozambique Situation Report. Atualizado a 1 de junho de 2021.

5. Famine Early Warning Systems Network. Mozambique Food Security Outlook Update. August 2021.

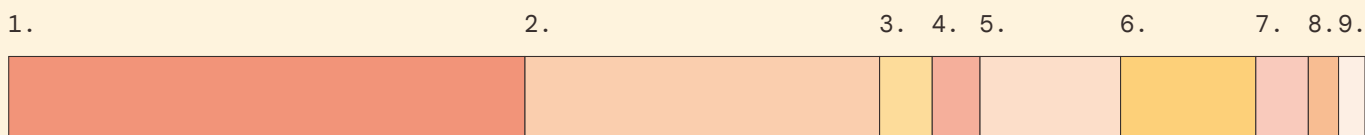
Mapa 1. Localização das famílias entrevistadas



Fonte: Elaboração própria

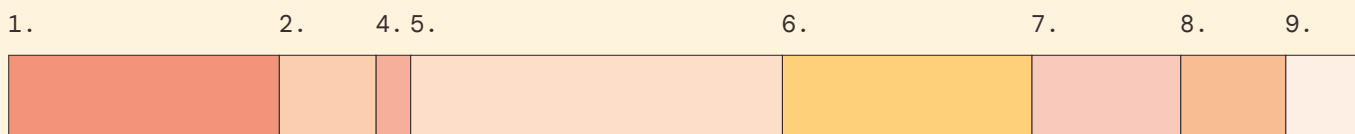
Gráfico 2. Distribuição das famílias inquiridas por local de acolhimento

População local



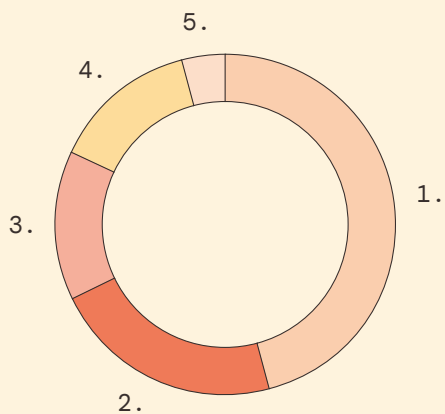
1. Ancuabe Sede | 20% 2. Metoro | 7% 3. Nanjua | 0% 4. Chiote | Gihote 2%
5. Metuge Sede | 27% 6. Mizeze | 19% 7. Nanlia | 11% 8. Nacuta | 8% 9. Messanja | 6%

População deslocada



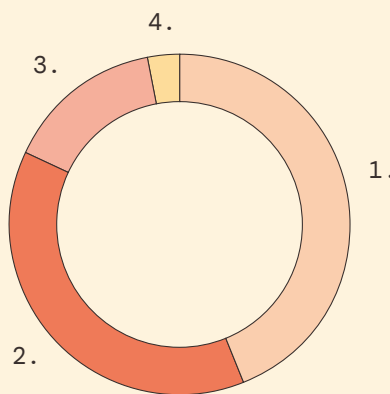
1. Ancuabe Sede | 38% 2. Metoro | 26% 3. Nanjua | 4% 4. Chiote | Gihote 3%
5. Metuge Sede | 10% 6. Mizeze | 10% 7. Nanlia | 4% 8. Nacuta | 2% 9. Messanja | 2%

Gráfico 3. Distritos de origem da população deslocada



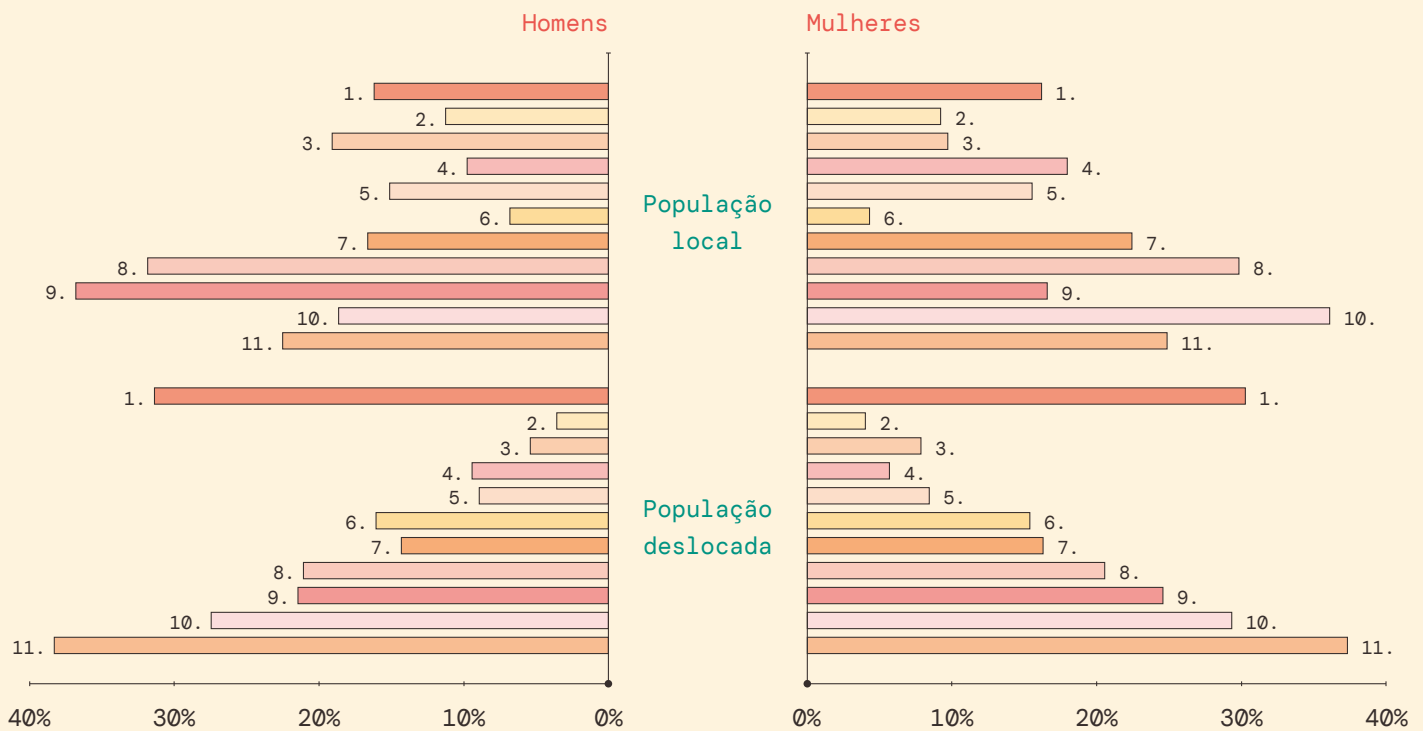
1. Macomia | 46%
2. Quissanga | 22%
3. Muidumbe | 14%
4. Mocimboa da Praia | 14%
5. Outros | 4%

Gráfico 4. Duração da estadia das famílias deslocadas nas comunidades de acolhimento



1. ≤3 meses | 44%
2. >3 a ≤6 meses | 38%
3. >6 a ≤12 meses | 15%
4. >12 meses | 3%

Gráfico 5. Ameaças sentidas consoante o género e a situação



1. Não se sentem ameaçados
2. Sequestro / intenção de sequestro
3. Burla / fraude
4. Perseguição política
5. Assassinato / intenção homicida
6. Expropriação de terras / habitação

7. Extorsão / intenção de extorsão
8. Assédio / intimidação sexual violação e intenção de violação
9. Roubo com ou sem violência / roubo à mão armada
10. Discriminação / exclusão / estigmatização
11. Ameaça / intimidação

alimentar. A fome está a aumentar não só nas zonas rurais mas também nos centros urbanos, incluindo a capital Pemba, onde 40% da população está em fase crítica de insegurança alimentar (acima do IPC 3)⁶. Particularmente preocupantes são as pessoas vulneráveis que se refugiaram nas florestas para fugir à violência, cuja situação de insegurança alimentar é suscetível de se tornar ainda mais crítica⁷.

Em termos de perceção das ameaças à segurança, o inquérito aos agregados familiares conduzido pela Ajuda em Ação

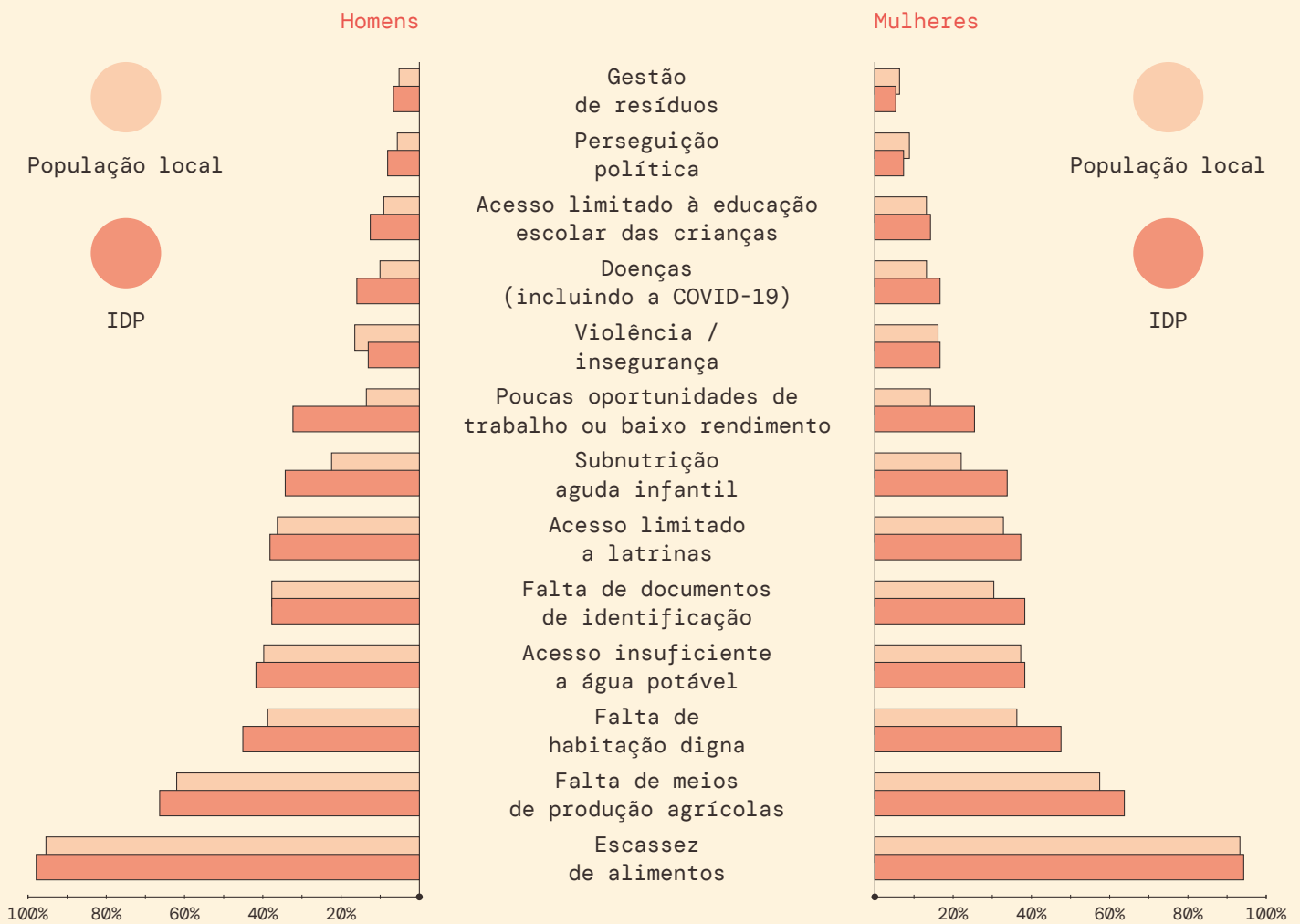
revela algumas diferenças entre a população deslocada e a população local, bem como entre mulheres e homens. É surpreendente que a população local se sinta mais ameaçada do que a população deslocada.

O tipo de ameaça também varia, como mostra o **Gráfico 5**. A principal ameaça sentida pela população deslocada (tanto homens como mulheres) é a intimidação, seguida de violação/assédio sexual no caso das mulheres e discriminação/ exclusão/ estigmatização no caso dos homens. Entre a população local, trata-se de violação e assédio sexual no caso das mulheres e roubo no caso dos homens.

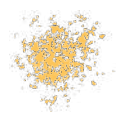
6. OCHA (2021) Mozambique Situation Report. Atualizado a 1 de junho de 2021.

7. Famine Early Warning Systems Network. Mozambique Food Security Outlook Update. Agosto 2021.

A maior preocupação é de longe a escassez de alimentos, tanto entre as populações locais como entre as populações deslocadas,



e entre as mulheres e os homens. Esta é uma preocupação para quase 100% das famílias inquiridas. Segue-se a falta de meios de produção agrícola, que está intimamente relacionada com a anterior.



Em terceiro lugar, a falta de uma habitação digna é uma preocupação partilhada tanto por mulheres como por homens. Segue-se, por ordem decrescente, o acesso insuficiente a água potável, falta de documentos de identidade, acesso limitado a latrinas e a subnutrição infantil aguda (acentuadamente mais elevada entre a população deslocada). A violência e insegurança e as doenças, incluindo a COVID-19, são preocupações menos prementes para todos os grupos populacionais do que as anteriores, uma vez que foram referidas por menos de 20 % dos inquiridos.

A resposta humanitária



A intrincada interação de fatores climáticos, políticos e sociais deixou centenas de milhares de pessoas em insegurança alimentar, o que levou a uma necessidade urgente de uma resposta humanitária das agências internacionais. Em 1 de junho de 2021, as organizações humanitárias tinham apoiado mais de 710.000 pessoas nos primeiros quatro meses de 2021, de uma meta estimada em 1,1 milhões de pessoas que necessitavam de assistências de personas que se calcula necesitan asistencia*.

(*) OCHA. (2021). Mozambique Situation Report Junio 2021.



Evolução das necessidades humanitárias

O PAM alertou para o rápido aumento do custo dos alimentos, uma vez que a insegurança dificultou o acesso dos alimentos ao mercado. Um reflexo claro do rápido agravamento da situação alimentar na região é que o PAM que atendia 113.699 pessoas em maio de 2020 passou a atender 1.055.241 pessoas em maio de 2021¹.

No apelo de angariação de fundos da ONU em 2021, foi feita uma classificação das necessidades prioritárias na região norte de Moçambique. Foi identificado um total de 1,3 milhões de pessoas necessitadas, estando previsto atender 1,1 milhões, sendo necessário de 254 milhões de dólares, com o cluster da segurança alimentar a requerer maior financiamento (136 milhões de dólares), seguido de abrigo, água e saneamento. Em outubro de 2021, 44,8% deste montante solicitado estava

por financiar. Os maiores contribuintes são os Estados Unidos (38,4%), a Comissão Europeia (9,3%) e a Alemanha (8,3%)².

A resposta humanitária em Moçambique concentrou-se nas três províncias do norte do país: Cabo Delgado, Niassa e Nampula. Em 2020, foi lançado um plano de resposta rápida em Cabo Delgado com um orçamento de 35,5 milhões de dólares dos quais 48,7 milhões foram angariados, o que representa 40,2 % mais do que o necessário³. O plano de resposta humanitária de 2021 estabeleceu três objetivos, 1) salvar vidas e aliviar o sofrimento; 2) apoio à vida, assegurando o acesso a serviços essenciais; 3) proteção, abordando os riscos e necessidades dos grupos afetados. A resposta intersetorial reconhece que a crise é vivida de forma diferente consoante o género e, portanto, dá prioridade aos grupos marginalizados e socialmente vulneráveis⁴.

2. Ibid.

3. Ibid.

4. OCHA. 2021 Mozambique Humanitarian Response Plan (Abridged Version).

1. Ibid.

Fases de insegurança alimentar aguda de acordo com o CIF/ IPC

A Classificação Integrada das Fases de Segurança Alimentar (CIF, IPC em inglês) estabelece a gravidade da insegurança alimentar aguda em cinco fases baseadas em indicadores de referência comuns: 1) Mínima, 2) Aguda, 3) Crise, 4) Emergência, 5) Catástrofe Humanitária / Fome.

O número de pessoas que se encontram na Fase 3 ou superior é utilizado para calcular o número de pessoas com necessidade urgente de assistência alimentar, nutricional e meios de subsistência.

01.	02.
<p>Mínima</p> <p>O grupo de lares é capaz de satisfazer necessidades alimentares e não alimentares essenciais sem recorrer a estratégias não convencionais e insustentáveis, incluindo a dependência dos cuidados de saúde.</p>	<p>Acentuada</p> <p>Mesmo que a assistência humanitária esteja disponível:</p> <ul style="list-style-type: none"> · O grupo familiar regista um consumo alimentar minimamente adequado, mas não pode incorrer em despesas com alguns artigos não alimentares sem recorrer a estratégias irreversíveis de sobrevivência.
<p>Acções necessárias para construir a resiliência e reduzir o risco de catástrofes</p>	<p>Acções necessárias para reduzir o risco de catástrofe e proteger os meios de subsistência</p>

03.	04.	05.
<p>Crise</p> <p>Mesmo que a assistência humanitária esteja disponível:</p> <ul style="list-style-type: none"> · O grupo de agregados familiares tem lacunas significativas no consumo alimentar com desnutrição aguda alta ou acima do normal; <p>OU</p> <ul style="list-style-type: none"> · O grupo de lares apenas consegue satisfazer necessidades mínimas de alimentação e apenas através de aceleração dos meios de subsistência, o que conduzirá a lacunas no consumo alimentar. 	<p>Emergência</p> <p>Mesmo que a assistência humanitária esteja disponível:</p> <ul style="list-style-type: none"> · O grupo familiar tem lacunas significativas no consumo alimentar resultando em desnutrição aguda muito elevada ou mortalidade excessiva. <p>OU</p> <ul style="list-style-type: none"> · O grupo familiar sofre perdas extremas de bens de subsistência, resultando em grandes lacunas no consumo alimentar a curto prazo. 	<p>Catástrofe humanitária</p> <p>Mesmo que a assistência humanitária esteja disponível:</p> <ul style="list-style-type: none"> · O grupo de agregados familiares regista uma privação extrema de alimentos e/ou outras necessidades básicas, mesmo que todas as estratégias de sobrevivência sejam postas em prática. Há indícios de fome, morte e miséria.

AÇÕES URGENTES NECESSÁRIAS

<p>Proteger os meios de subsistência, reduzir as lacunas no consumo alimentar e reduzir a desnutrição aguda</p>	<p>Salvar vidas e meios de subsistência</p>	<p>Prevenir a morte generalizada e colapso total dos meios de subsistência</p>
---	---	--

O cluster da segurança alimentar coordena as respostas em termos de segurança alimentar e meios de subsistência durante as crises humanitárias. Em Moçambique, este agrupamento é coliderado pelo PAM e pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura). Em Cabo Delgado, as organizações líderes são o PAM, Oxfam, Caritas e NPA, e os parceiros de implementação são: AMA, AVSI, Caritas, NAP, Oxfam, SEPPA, e Solidarities Internacional⁵.

Os objetivos estratégicos deste agrupamento 2021 eram dois: 1) fornecer alimentos para salvar vidas de populações em situação de insegurança alimentar grave, incluindo populações deslocadas e famílias de acolhimento; e 2) apoiar a reconstrução dos meios de subsistência das populações afetadas em locais de reinstalação e comunidades de acolhimento⁶.

Em agosto de 2021, o Diretor do PAM, António Vitorino apelou à comunidade internacional para intensificar a resposta de apoio no norte de Moçambique face à contínua deslocação de famílias e à necessidade de aumentar o financiamento para assegurar as necessidades vitais e trabalhar para encontrar soluções duradouras antes da chegada da estação das chuvas e dos ciclones em dezembro⁷.

5. Para mais informações sobre as atividades realizadas por mês e por região, o dashboard do cluster de nutrição do PAM permite observar as atividades, necessidades e lacunas entre os objetivos e a realidade em Dashboard Mozambique Security Cluster.

6. Ibid.

7. IOM. (2021). "IOM Director General Calls for Enhanced Support for Northern Mozambique". August 2021.

Fragilidades e riscos na resposta humanitária

Com base em entrevistas com membros de organizações humanitárias e um funcionário governamental para a segurança alimentar e nutrição na região, foram identificadas algumas fragilidades e riscos na resposta humanitária.

Abordagem operacional

A abordagem à prestação de assistência alimentar em Cabo Delgado tem sido o que se designa por regras de distribuição global (em inglês "*blanket distribution*"). Este método de distribuição é definido como uma entrega de assistência alimentar, em espécie ou em dinheiro, a todas as pessoas com base no seu estatuto de deslocadas, independentemente de qualquer outra situação económica ou social. Esta ajuda é distribuída numa base de agregados familiares para que, no caso de famílias de acolhimento, as pessoas locais que vivem no mesmo agregado familiar sejam também tidas em conta.

Por conseguinte, esta abordagem não tem em conta as vulnerabilidades específicas das pessoas do agregado familiar. Apesar de a condição de uma pessoa deslocada implicar em si uma situação de vulnerabilidade, existem outras desvantagens sociais pré-existent de género, idade, classe, etnia ou religião que tornam certos grupos ainda mais vulneráveis em termos de segurança alimentar.

Dentro dos agregados familiares de pessoas deslocadas, a distribuição de alimentos dentro do agregado familiar é desconhecida,

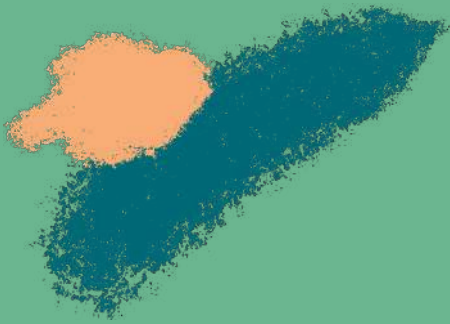


uma vez que a entrega é feita ao chefe do agregado familiar. Esta falta de dados de distribuição impede-nos de saber quais são as dinâmicas de distribuição dentro dos agregados familiares e se as desigualdades de género e idade existentes dentro do agregado familiar podem estar a ser perpetuadas. Embora, como mostram os resultados do inquérito, a estratégia de sobrevivência mais utilizada face à escassez de alimentos seja a de restringir o consumo de alimentos pelos adultos a favor das crianças.

Além disso, de acordo com fontes ministeriais e humanitárias, esta abordagem por estatuto migratório pode ter conduzido a tensões entre as populações locais e as populações deslocadas. Como mostram os dados do inquérito dos distritos de Ancuabe e Metuge, a situação alimentar da população local é também muito deficiente, embora não atinja os níveis da população deslocada.

Além disso, a chegada de deslocados a locais onde os serviços estatais já eram deficientes exacerbou a dificuldade de acesso aos serviços públicos.

Embora esta abordagem faça sentido inicialmente no rescaldo imediato da emergência, uma vez que facilita a rápida distribuição de alimentos, ela não é considerada apropriada no período seguinte. De acordo com fontes do cluster da assistência alimentar na região, existe a intenção de passar de uma abordagem de distribuição global (*blanket distribution*) para uma abordagem de distribuição direcionada (*targeted distribution*). Neste último caso, é prestada assistência a agregados familiares específicos onde os indivíduos ou grupos que os compõem são considerados particularmente vulneráveis. Dado que se espera que o afluxo de pessoas deslocadas continue ao longo do tempo, as abordagens



de entrega direcionadas terão de coexistir com abordagens de assistência alimentar global aos grupos recém-chegados.

Modo de assistência

Com exceção da assistência em dinheiro na cidade de Pemba, a ajuda alimentar foi fornecida sob a forma de kits alimentares. Isto porque, embora existam mercados e pontos de venda de alimentos nas zonas urbanas, existem mais dificuldades nas zonas rurais. Estes kits alimentares consistem em óleo, arroz, açúcar e, em alguns casos, feijão. Após o ataque a Palma em março, foram distribuídas Rações de Resposta Imediata (IRR na sigla em inglês) às pessoas recentemente deslocadas, incluindo arroz, leguminosas, óleo e alimentos enlatados tais como sardinhas, feijões, bolachas e água⁸. Segundo fontes no terreno, em alguns casos, como estratégia de diversificação de recursos, os alimentos recebidos da ajuda humanitária

são trocados ou vendidos dentro dos próprios locais de realojamento e nos mercados.

Quando as condições o permitem, a ajuda em dinheiro é preferível à ajuda em espécie, pois não só permite que sejam os próprios beneficiários a decidir o que consumir, como também promove a atividade económica comercial e agrícola⁹. Para que isto aconteça, porém, as pessoas que recebem assistência em dinheiro devem poder comprar alimentos em estabelecimentos comerciais ou mercados locais, o que nem sempre é o caso em contextos de conflito ou deslocação maciça da população devido a catástrofes climáticas.

No ano passado, o governo lançou um programa para promover o cultivo da terra, fornecendo às famílias deslocadas terra, sementes e material agrícola para cultivar os seus próprios alimentos¹⁰.

9. WFP. (2021). "Food assistance: cash and in-kind".

10. FAO. (2021). "Northern Mozambique Crisis. Agriculture Livelihoods Response Plan".

8. WFP. (2021). "WFP's response to clashes in northern Mozambique".



A ajuda em dinheiro é preferível à ajuda em espécie, pois não só permite que sejam os próprios beneficiários a decidir o que consumir

No que diz respeito aos problemas de distribuição, deverá salientar-se que a destruição das infraestruturas de transporte torna impossível chegar a muitas áreas de difícil acesso ou mesmo conhecer a situação humanitária das pessoas que aí vivem (na altura do inquérito, não era possível aceder a alguns locais por razões de segurança). Também, dentro da região, a situação em cada área é diferente, de modo que uma única resposta humanitária não é apropriada para todas as comunidades.

Proteção contra abusos na assistência humanitária

Em contextos de particular vulnerabilidade, a prestação de assistência humanitária é acompanhada de um risco de prática de abusos devido a relações de poder desiguais entre prestadores e recetores da ajuda, cuja vulnerabilidade é intensificada por certas características pessoais tais como o sexo, a idade ou outro estatuto.

Em relação a casos de exploração e abuso sexual em Cabo Delgado, a Human Rights Watch relatou casos de exigência de favores sexuais por pessoal humanitário em troca de kits de alimentos na província¹¹. Outra investigação do Centro para a Integridade Pública, uma ONG moçambicana, relatou que líderes comunitários exigiam dinheiro ou favores sexuais a mulheres deslocadas em troca da sua inclusão nas listas de distribuição de alimentos¹².

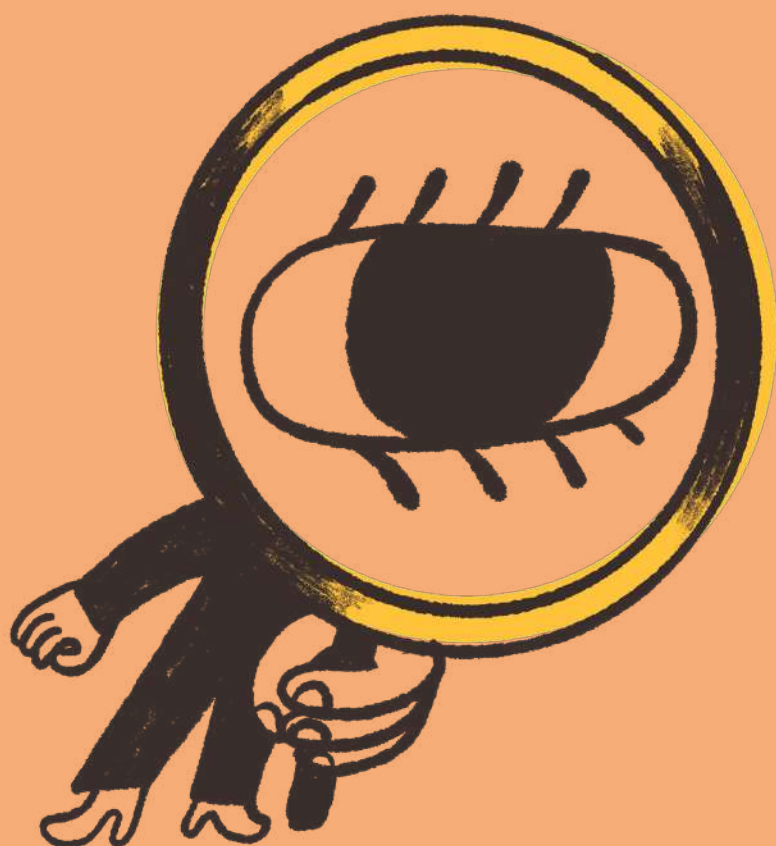
O ACNUR trabalha com a estratégia governamental do comité interagências de Proteção contra a Exploração e Abuso Sexual (PSEA na sigla em inglês) para prevenir e responder a tais incidentes e promover a denúncia de tais casos pela comunidade deslocada¹³.

11. Human Rights Watch. September 2021. "Aid-for-Sex Alleged in Northern Mozambique".

12. Observador. (2020). "ONG denuncia abusos sexuais em Cabo Delgado e critica silêncio sobre o assunto".

13. UNHCR. (2021). Cabo Delgado Situation May 2021.

Impactos diferenciados da situação de insegurança alimentar sobre a população





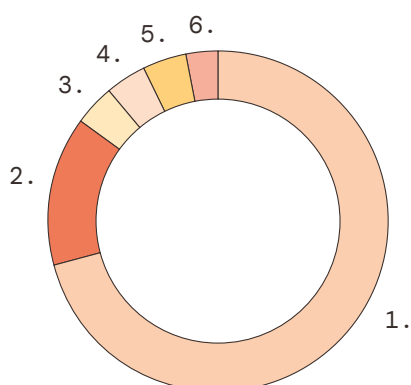
Características dos agregados familiares inquiridos

Globalmente, estima-se que 81% das pessoas deslocadas são alojadas em casas de família ou de amigos, seguidas de 12% em abrigos temporários, 6% em acampamentos formais ou informais e 2% em casas semidestruídas. Os resultados do inquérito conduzido por Ajuda em Ação revelam que 75% das famílias deslocadas vivem em casas ou apartamentos, enquanto 18% se instalaram em abrigos temporários rudimentares, 3% em quartos alugados e 4% são desalojados (**ver Gráfico 8**). Na grande maioria dos casos, as condições de habitação são muito precárias, com telhados de plástico,

colmo e bambu, paredes de lama e um pavimento interior feito de lama, areia ou folha de plástico.

O grande afluxo de pessoas deslocadas exerce uma enorme pressão sobre os já escassos recursos das famílias de acolhimento com alimentação, rendimentos e acesso a serviços básicos limitados. Um terço dos agregados familiares inquiridos alojou-se em habitações partilhadas entre vários grupos familiares. Em alguns casos havia mais de dez pessoas a viverem juntas, e até um máximo de 26 pessoas a viverem juntas. A maioria não tinha camas, tapetes nem cobertores, especialmente a população deslocada, que também não tinha acesso a sabão, utensílios básicos de cozinha e latrinas. As famílias inquiridas têm

Gráfico 8. Tipo de alojamento de famílias deslocadas



1. Casa | 71%
2. Abrigo temporário rudimentar (cobertura plástico, lona e bambu) | 14%
3. Apartamento | 4%
4. Outro tipo de abrigo (tenda, carroçaria, etc.) | 4%
5. Sem habitação | 4%
6. Quartos alugados | 3%

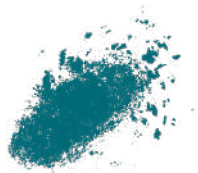







Gráfico 9. Acesso a serviços básicos por situação migratória

					
População local	27%	6%	5%	5%	97%
População deslocada	10%	9%	1%	3%	97%



pouco acesso energia elétrica e água corrente, utilizam lenha e carvão para cozinhar e consomem água não potável (ver Gráfico 9). Esta situação continua a ser a mesma nos dias de hoje.

Apenas 4% das famílias deslocadas inquiridas tinham sido instaladas em centros de realojamento, muitas vezes depois de esperarem semanas em locais temporários. Segundo a organização Médicos Sem Fronteiras, as condições nos acampamentos temporários não cumprem as normas mínimas e a crescente procura de assistência tem ultrapassado a capacidade de resposta tanto das autoridades como das organizações da sociedade civil em Cabo Delgado¹.

A grande maioria dos agregados familiares não tem uma fonte de rendimento estável, pois tanto os deslocados internos como a população local dependem principalmente do trabalho temporário na agricultura para obterem rendimentos. A ajuda humanitária (em dinheiro ou em espécie) é a segunda fonte de rendimento mais

importante para as pessoas deslocadas internamente e, em menor medida, o trabalho temporário na construção, pequenas vendas e assistência da família e amigos. (ver Gráfico 10).

Em quase um terço dos agregados familiares de deslocados, os rendimentos dependem de outros membros da família que não o pai ou a mãe (ver Gráfico 11). Destes, 0,4% declararam não ter qualquer rendimento.

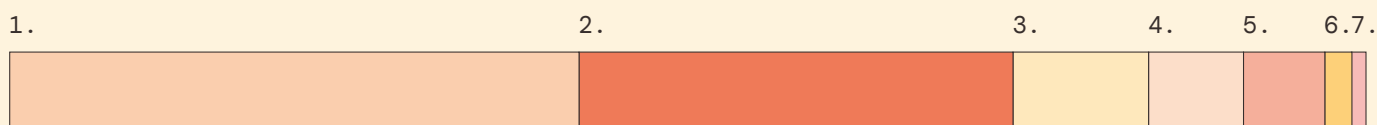
O acesso à terra é muito limitado, especialmente entre a população deslocada, pois apenas 12% dos agregados familiares são proprietários das suas próprias terras. No caso da população local, embora 66% das famílias inquiridas declarassem possuir as suas próprias terras, estas são parcelas extremamente pequenas, na sua maioria com menos de 50 metros quadrados. (ver Gráfico 12).

Cerca de um terço de todas as famílias inquiridas são lideradas por mulheres (31%), sendo esta percentagem mais elevada entre a população deslocada (33%) do que entre a população local (26%). Quatro agregados familiares (três deslocados e um local) foram identificados como sendo chefiados

1. Médicos Sem Fronteiras. 3 de junho de 2021. 'Dois meses após os ataques em Palma: o rescaldo da violência em Cabo Delgado', Comunicado de Imprensa Médicos Sem Fronteiras.

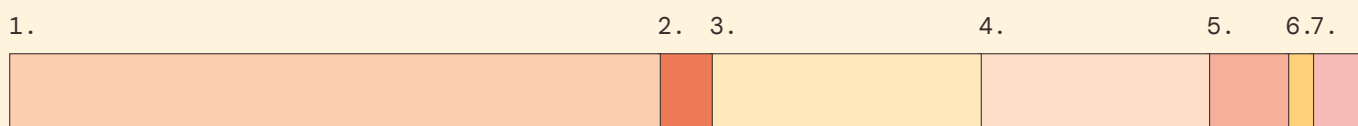
Gráfico 10. Fontes de rendimento por situação migratória

População local



1. Trabalho temporário na agricultura | 42% 2. Ajuda humanitária | 32% 3. Mão-de-obra temporária na construção civil | 10% 4. Pequenas vendas | 7% 5. Ajuda de familiares e amigos | 6% 6. Vendas de ativos produtivos | 2% 7. Emprego remunerado | 1%

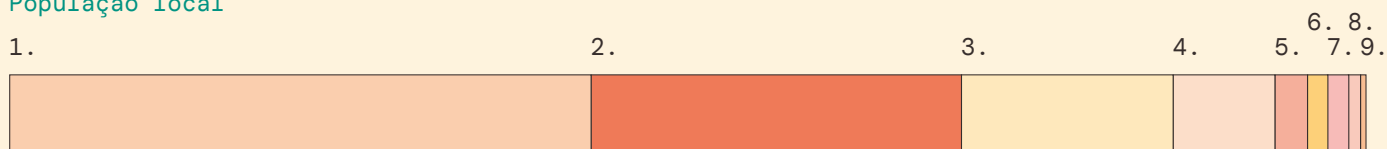
População deslocada



1. Trabalho temporário na agricultura | 48% 2. Ajuda humanitária | 4% 3. Mão-de-obra temporária na construção civil | 20% 4. Pequenas vendas | 17% 5. Ajuda de familiares e amigos | 6% 6. Vendas de ativos produtivos | 2% 7. Emprego remunerado | 4%

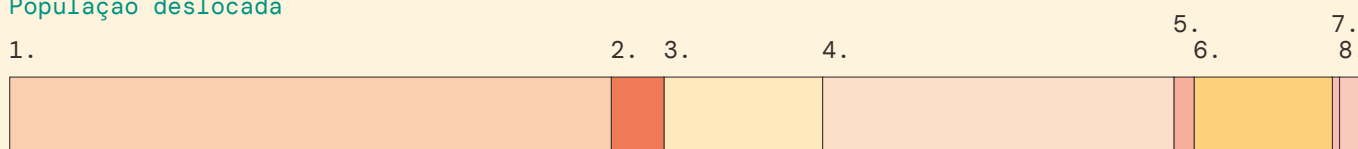
Gráfico 11. Geração de rendimentos por situação migratória

População local



1. Pai | 42,9% 2. Outros familiares | 27,3% 3. Mãe | 15,6% 4. Pai + Mãe | 7,5% 5. Só filho ou filha | 2,4% 6. Pai + Mãe + Filho ou filha | 1,5% 7. Pai ou Mãe + Filho ou filha | 1,5% 8. Outras combinações | 0,9% 9. Ninguém | 0,4%

População deslocada



1. Pai | 44,4% 2. Outros familiares | 3,9% 3. Mãe | 11,7% 4. Pai + Mãe | 25,9% 5. Só filho ou filha | 1,5% 6. Pai + Mãe + Filho ou filha | 10,2% 7. Pai ou Mãe + Filho ou filha | 0,5% 8. Outras combinações | 2,0% 9. Ninguém | 0%

Gráfico 12. Disponibilidade de terras próprias de acordo com a situação migratória

População local



1. Não | 33,5% 2. Sim | 66,5%

População deslocada



1. Não | 88% 2. Sim | 12%



por um menor (**Gráfico 13**). Embora este dado não seja representativo do todo, é surpreendente que existam menores como chefes de família, possivelmente como consequência do conflito. De facto, 2.733 menores desacompanhados foram assinalados entre a população deslocada em Cabo Delgado².

Por faixa etária, predomina a população com menos de 25 anos de idade, representando 60% das pessoas inquiridas (ver pirâmide etária no **Gráfico 14**).

Relativamente ao nível de escolaridade, 68% das mulheres e 55% dos homens não completaram o ensino formal ou têm o ensino primário incompleto, uma percentagem que sobe para 68% no caso das mulheres (ver Gráfico 15). Menos de 1% das pessoas completaram o ensino superior técnico ou universitário.

2. IOM. (April 2021). DTM Mozambique Baseline Assessment Round 12.

Análise da segurança alimentar

Com base nos dados disponíveis do inquérito aos agregados familiares, foi elaborado um indicador proxy da segurança alimentar: a pontuação do consumo alimentar (PCA). Este indicador é baseado no consumo alimentar das famílias na semana anterior ao inquérito. O PCA permite classificar os agregados familiares em três grupos, de acordo com a sua situação de segurança alimentar: pobre, no limite ou aceitável³.

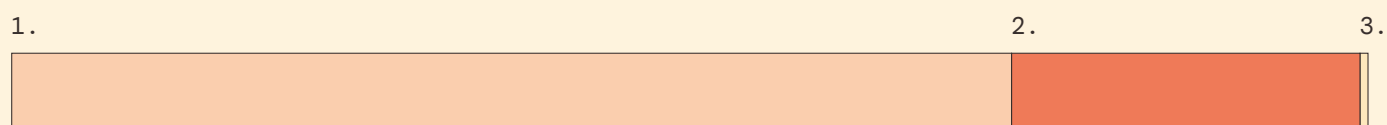
Pontuação de consumo alimentar

Os resultados mostram uma elevada prevalência de insegurança alimentar entre as famílias inquiridas como um todo. Globalmente, 60% dos agregados familiares têm uma situação de segurança alimentar

3. Mais informação sobre a pontuação do consumo alimentar é dada no anexo metodológico. Ver também Programa Alimentar Mundial(2009). Manual para a Avaliação da Segurança Alimentar em Situações de Emergências.

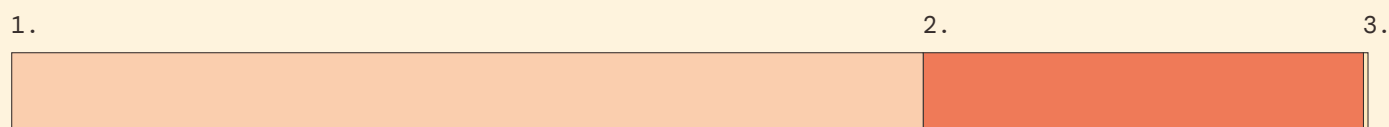
Gráfico 13. Chefe de família por situação migratória

População local



1. Homem | 73,5% 2. Mulher | 26% 3. Menor | 0,5%

População deslocada



1. Homem | 67% 2. Mulher | 32,75% 3. Menor | 0,25%

Gráfico 14. Pirâmide da população

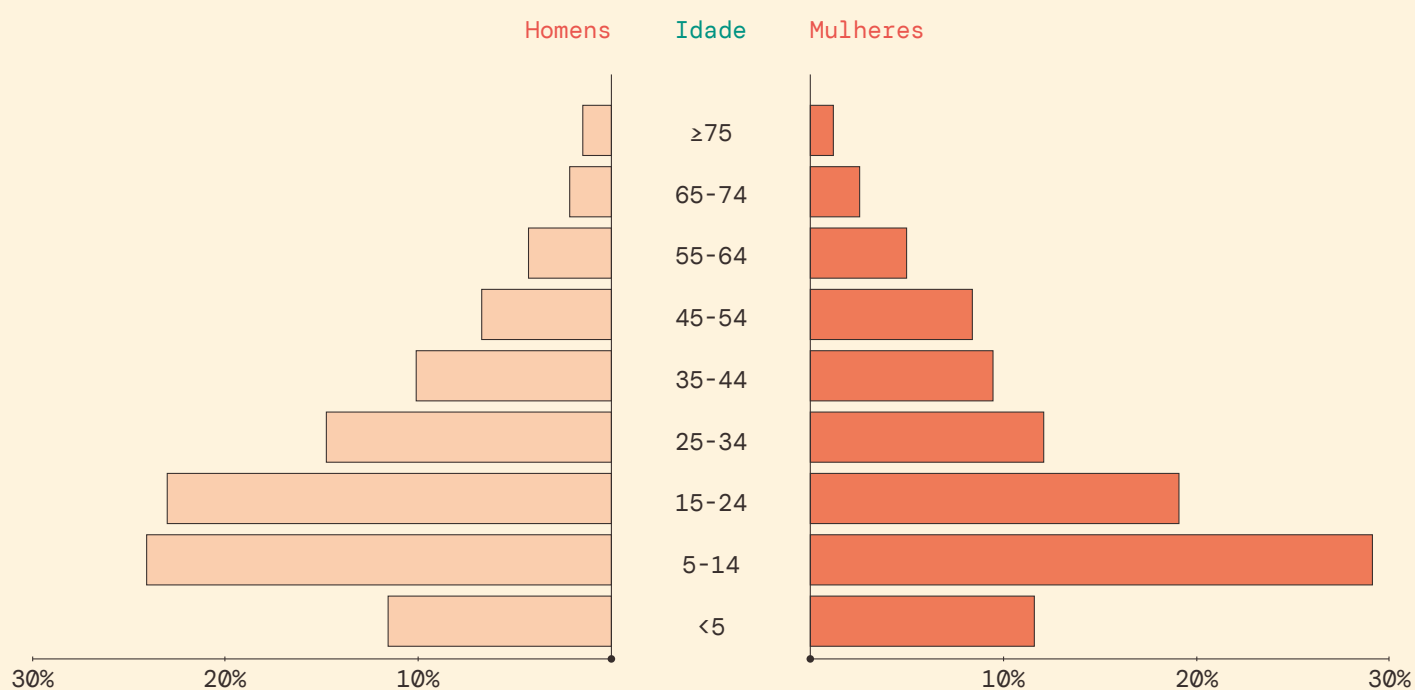


Gráfico 15. Nível de escolaridade dos adultos entrevistados

Mulheres



1. Sem educação formal ou primária completa | 68,1% 2. Educação primária completa | 24,6%
3. Educação secundária completa | 6,9% 4. Formação técnica superior ou universitária | 0,5%

Homens



1. Sem educação formal ou primária completa | 55,5% 2. Educação primária completa | 31,1%
3. Educação secundária completa | 12,5% 4. Formação técnica superior ou universitária | 0,9%

Gráfico 16. Pontuação do consumo alimentar de acordo com a situação migratória

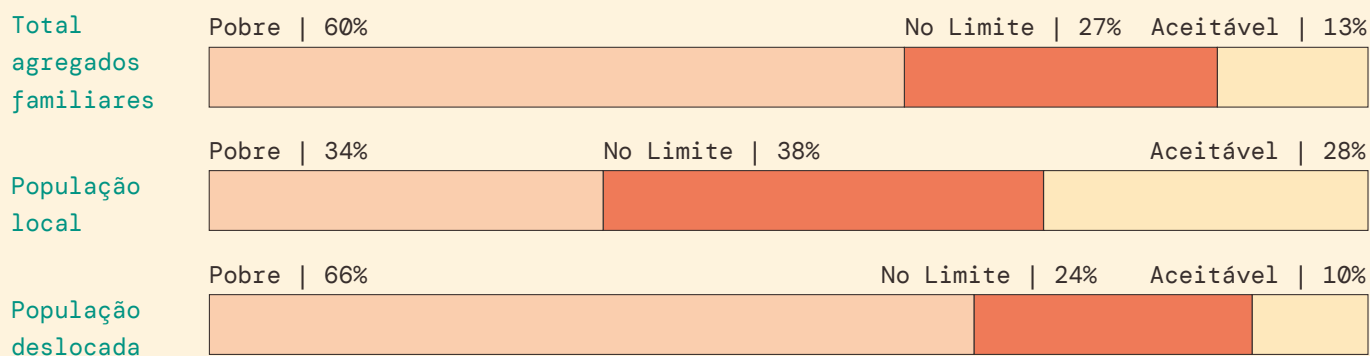


Gráfico 17. Pontuação do consumo alimentar por distrito de acolhimento

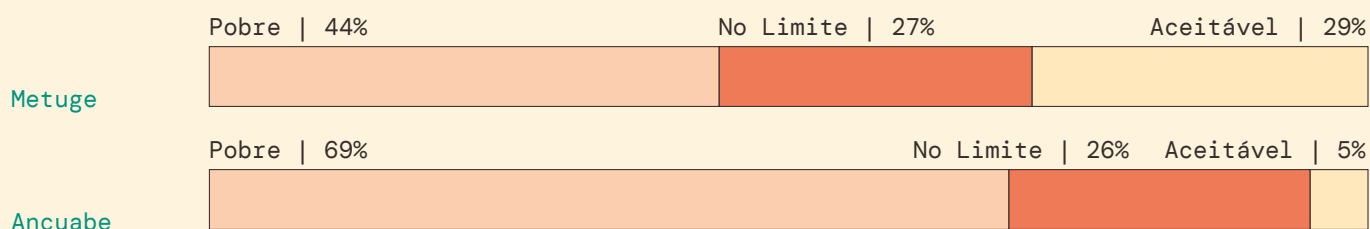


Gráfico 18. Pontuação do consumo alimentar por local de acolhimento

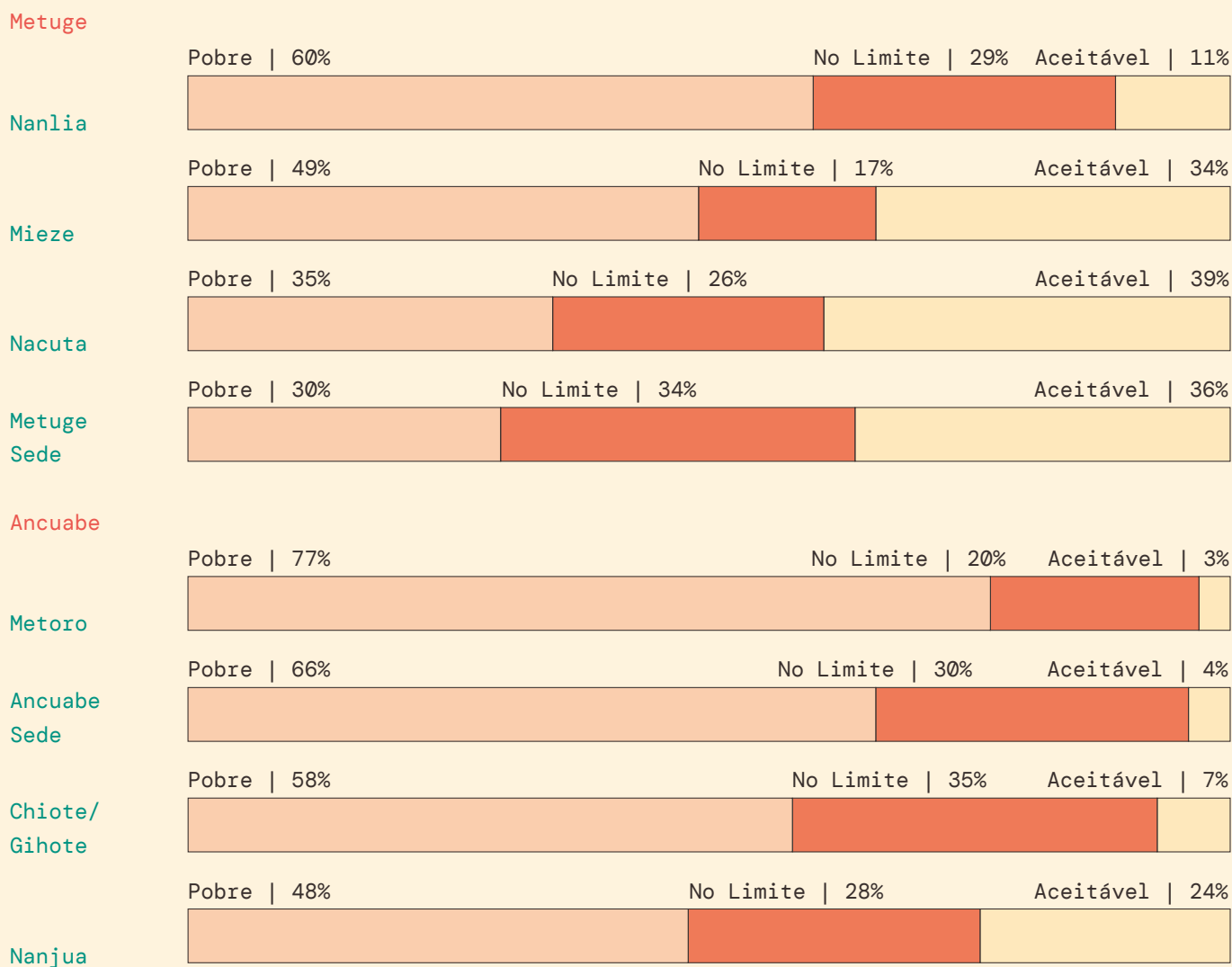


Gráfico 19. Pontuação do consumo alimentar por distrito de origem dos agregados familiares deslocados (apenas agregados familiares IDP)

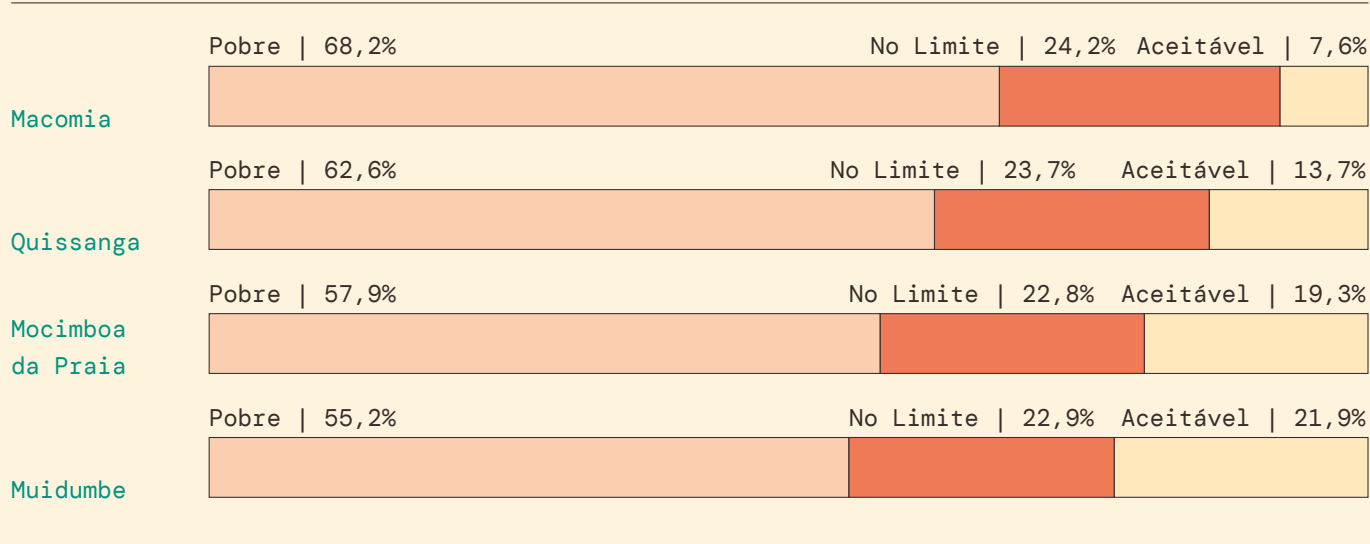
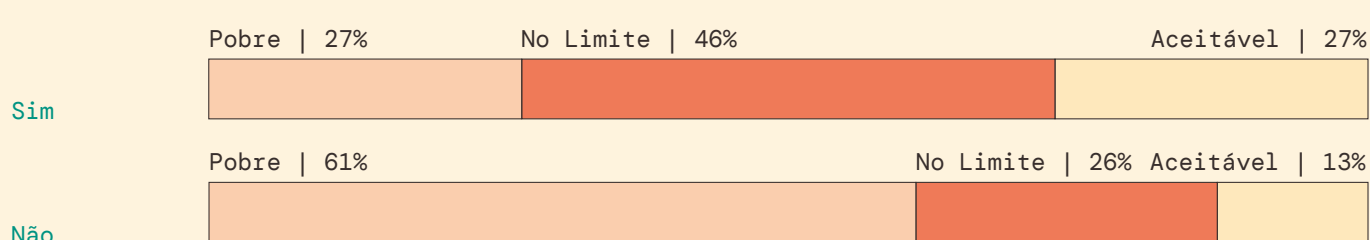


Gráfico 20. Pontuação do consumo alimentar consoante se encontram num local de realojamento (apenas agregados familiares IDP)



pobre e 27% de risco (no limite), e apenas 14% dos agregados familiares têm um estatuto de segurança alimentar aceitável.

O problema é muito mais grave entre a população deslocada. Como mostra o **Gráfico 16**, 90% dos agregados familiares deslocados vivem numa situação de segurança alimentar inaceitável (seja pobre ou de risco) em comparação com 72% dos agregados familiares locais. A percentagem de famílias com fraca segurança alimentar entre as famílias deslocadas (66%) é praticamente o dobro da das famílias locais (34%).

Por distrito, a situação de insegurança alimentar em Ancuabe é muito mais grave do que em Metuge, com apenas 5% dos agregados familiares com uma alimentação aceitável, 26% com uma alimentação de risco (no limite) e 69% com uma alimentação pobre. Em Metuge a situação é

um pouco melhor, com 30 % dos lares com uma alimentação aceitável (**ver Gráfico 17**).

Dentro de cada distrito, no entanto, os indicadores são variáveis como mostra o **Gráfico 18**. A situação mais extrema encontra-se nas localidades de Metoro, Ancuabe Sede e Chiote, onde 97%, 96% e 94% respetivamente dos lares têm uma alimentação inaceitável.

Observam-se também diferenças de acordo com o distrito de onde provêm os deslocados internos (**ver Gráfico 19**). A percentagem mais elevada de agregados familiares com uma alimentação pobre ou de risco (no limite) são os do distrito de Macomia, seguidos pelos do distrito de Quissanga.

Existe uma diferença significativa no consumo alimentar dos agregados familiares, dependendo de estarem

Gráfico 21. Pontuação do consumo alimentar por tipo de habitação

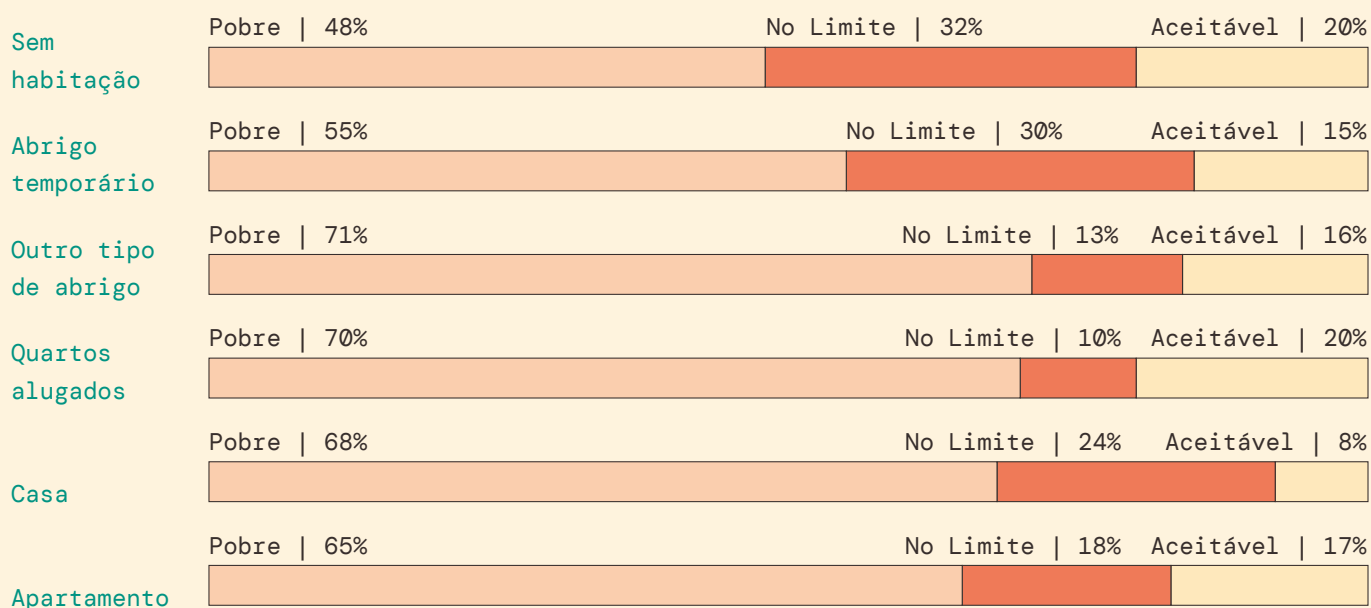


Gráfico 22. Pontuação do consumo alimentar em função do tempo passado na comunidade de acolhimento

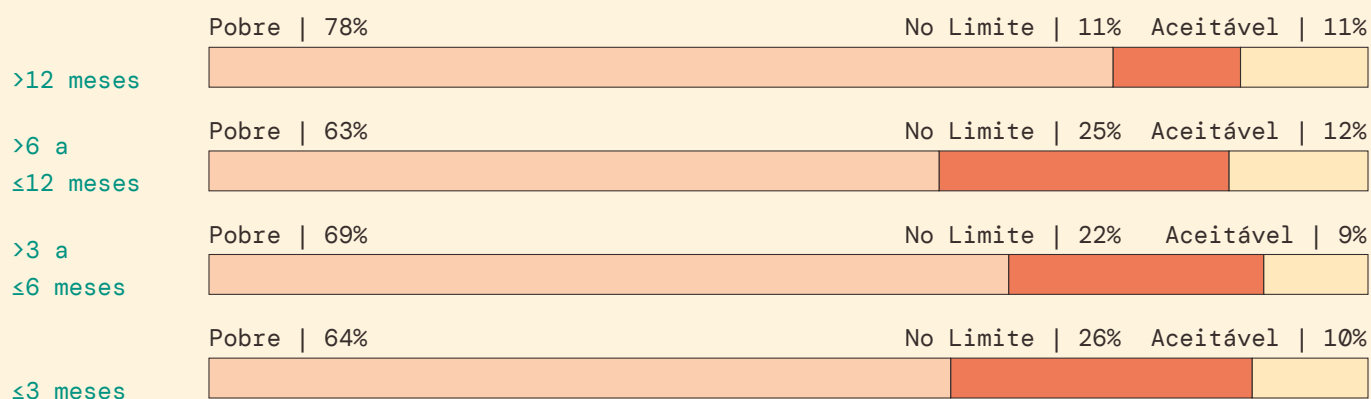


Gráfico 23. Pontuação do consumo alimentar por chefe de família

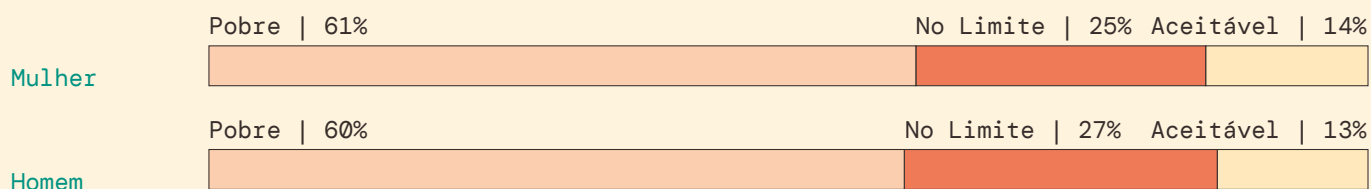
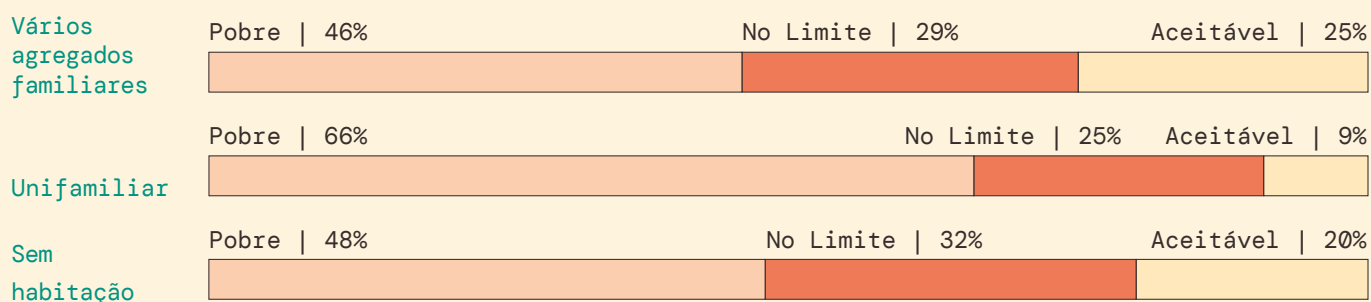


Gráfico 24. Pontuação do consumo alimentar em função da coabitação entre grupos familiares





ou não num local de realojamento. As famílias em locais de realojamento, que representam apenas 4% do total, revelam uma alimentação aceitável em 27% dos casos e pobre em 27% dos casos, enquanto as famílias fora dos locais de realojamento (principalmente em abrigos) têm uma alimentação aceitável em 13% dos casos e pobre em 61% dos casos (**ver Gráfico 20**).

As causas destas diferenças podem ser diversas, embora seja necessária mais investigação para as atribuir com rigor. Uma explicação possível pode ser que nos locais de acolhimento, a ajuda alimentar é distribuída em maior quantidade ou com maior frequência do que nas famílias de acolhimento, pelo que as pessoas que residem nesses locais estariam melhor alimentadas. É também possível que nos abrigos, as pessoas que recebem assistência alimentar tenham de a partilhar entre todos os membros que vivem juntos, muitas vezes duas, três famílias ou mesmo mais. No entanto, nas entrevistas realizadas, foi relatado que os alimentos são distribuídos com base no número total de pessoas e não apenas no número de pessoas deslocadas. Em qualquer caso, este é um resultado marcante que deve ser comparado com informações adicionais, a fim de fornecer uma explicação.

Olhando para a PCA por tipo de habitação, os dados mostram a situação de maior insegurança alimentar entre os agregados familiares alojados em casas, com 92% deles numa situação inaceitável (**ver Gráfico 21**). Outra constatação surpreendente é que as famílias sem habitação têm melhor pontuação, bem como as que se encontram em abrigos

temporários. Este resultado juntamente com o anterior, embora necessite de ser analisado mais detalhadamente, poderia indicar que as pessoas deslocadas que se refugiam em casas de acolhimento partilham os alimentos com a família de acolhimento e, conseqüentemente, sofrem de uma maior insegurança alimentar.

Em relação à duração da estadia das famílias deslocadas, as famílias que se encontram nas comunidades de acolhimento há mais de um ano têm um PCA pior (**ver Gráfico 22**). Este facto poderá indicar que a situação de insegurança alimentar das pessoas deslocadas internamente se deteriorou com a passagem do tempo.

Contudo, como mostra o **Gráfico 23**, não existem diferenças significativas entre os agregados familiares chefiados por mulheres e os chefiados por homens. Isto poderia indicar que a distribuição de alimentos está a decorrer sem discriminação de género e que, por não estarem envolvidos em atividades produtivas, os agregados familiares chefiados por homens não têm vantagem no acesso aos alimentos em relação às famílias chefiadas por mulheres.

Outra observação notável é que as famílias que partilham habitação com vários grupos familiares têm um melhor estatuto de segurança alimentar (25% com uma alimentação aceitável) do que os agregados familiares unifamiliares e os desprovidos de habitação (**ver Gráfico 24**). Este resultado parece contradizer os acima mencionados, e mais uma vez exigirá mais investigação para aprofundar a análise.

Gráfico 25. Pontuação do consumo alimentar em função da dependência da produção própria de sementes de cereais básicos

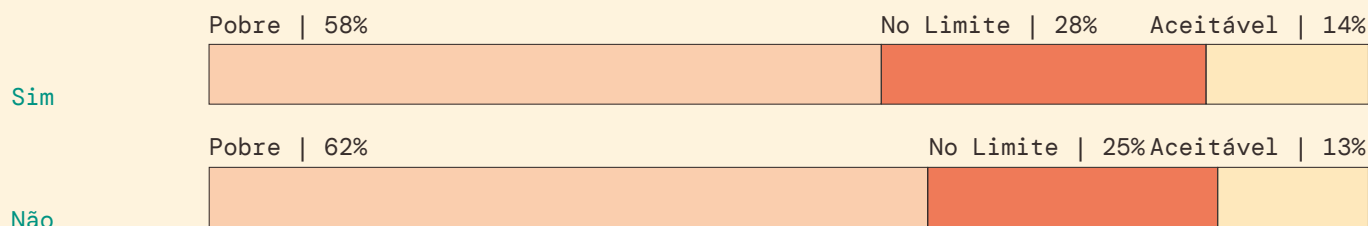


Gráfico 26. Pontuação do consumo alimentar em função da posse da terra

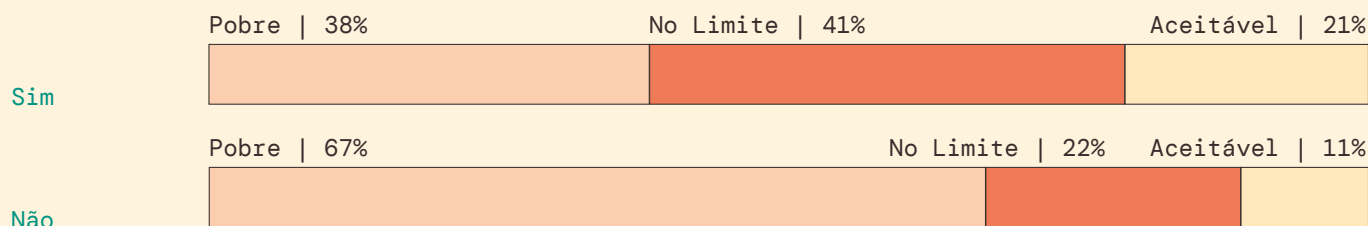
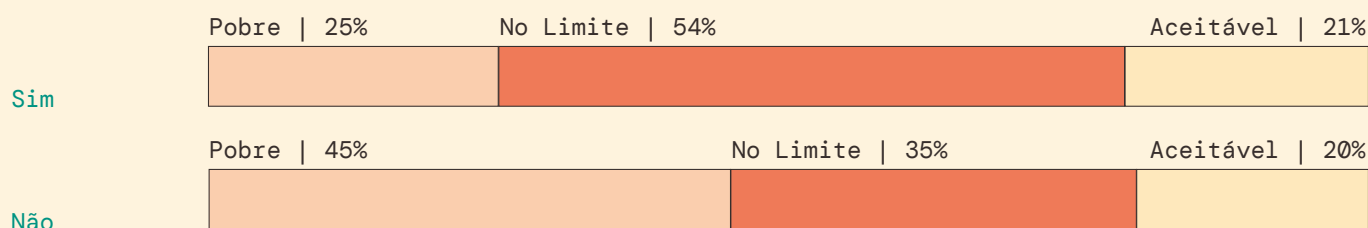


Gráfico 27. Pontuação do consumo alimentar em função dos direitos de uso e usufruto da terra



Embora as diferenças não sejam muito significativas, tanto as famílias deslocadas como as famílias de acolhimento, cujos alimentos dependem da sua própria produção de sementes de cereais básicos, apresentam um estatuto de segurança alimentar ligeiramente melhor do que as que não dependem do seu próprio cultivo. **(ver Gráfico 25).**

Por outro lado, existem diferenças muito marcadas entre os agregados familiares com terras próprias ou com o direito de usar e desfrutar da terra **(ver Gráfico 26 e 27)**. A diferença é particularmente acentuada em termos de posse da terra. 67% dos agregados familiares sem terra própria apresentam uma situação de segurança alimentar deficiente, uma percentagem que cai para

38% entre os agregados familiares com terra própria. Isto indica claramente que o acesso à terra é um fator chave para a segurança alimentar das famílias.

Outros indicadores de segurança alimentar

Stocks de sementes de cereais básicos

Menos de metade dos agregados familiares depende da produção de sementes de cereais básicos, principalmente milho, para cobrir as suas necessidades alimentares: 42% entre a população local e 35% entre a população deslocada **(ver Gráfico 28)**.

A grande maioria dos agregados familiares inquiridos carece de reservas de sementes de cereais básicos, como mostra o **Gráfico 29**.

Gráfico 28. Dependência da produção de cereais de base para a alimentação dos agregados familiares

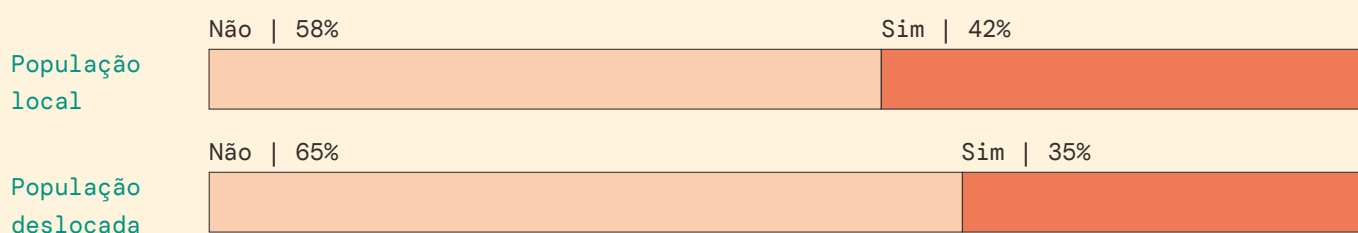


Gráfico 29. Duração das reservas de sementes de cereais básicos em função da situação migratória

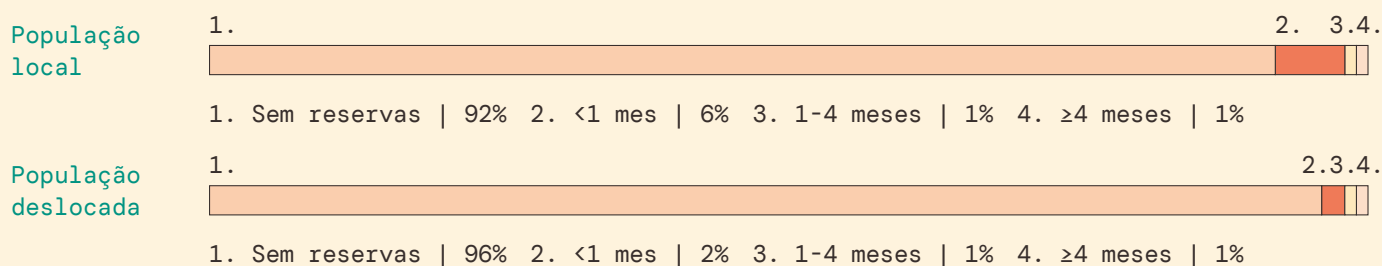
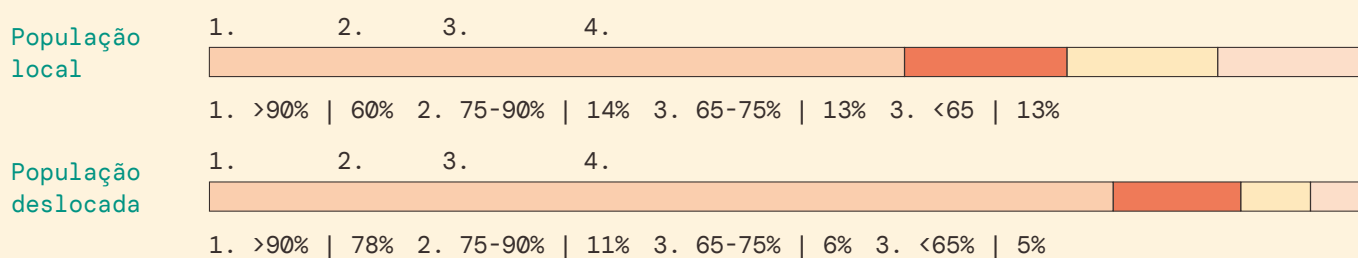


Gráfico 30. Percentagem do rendimento dos agregados familiares despendido em alimentação em função da situação migratória



No caso da população deslocada, trata-se de 97% em comparação com 93% da população de acolhimento. Uma pequena percentagem (3% entre a população deslocada e 6% entre a população local) tem menos de um mês de reservas de sementes de cereais básicos, enquanto apenas 1% tem entre um e quatro meses de reservas de sementes de cereais básicos e 1% tem mais de quatro meses de reservas de cereais básicos (apenas no caso da população local).

Gastos com a compra de alimentos

A percentagem do rendimento familiar gasto em alimentação é outro indicador do estado de segurança alimentar. Mais uma vez, como mostra o **Gráfico 30**, os agregados familiares deslocados revelam-se mais vulneráveis, pois

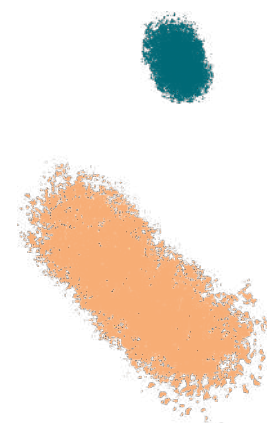
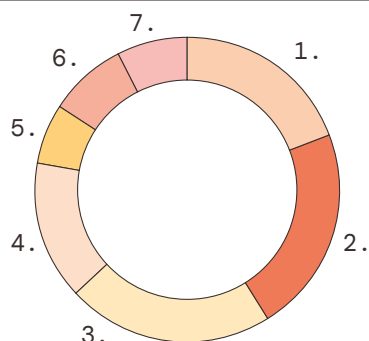
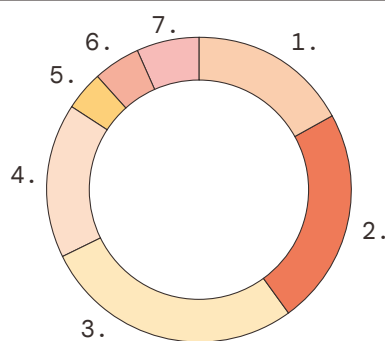


Gráfico 31. Estratégias de sobrevivência em agregados familiares deslocados



1. Substituir certos alimentos por + baratos/- preferidos | 21%
2. Reduzir as porções dos alimentos | 24%
3. Restringir o consumo dos adultos em favor das crianças | 24%
4. Reduzir o número de alimentos consumidos diariamente | 16%
5. Comprar alimentos a crédito (endividar-se) | 7%
6. Recolher desperdícios de alimentos | 9%
7. Passar dias inteiros sem comer | 8%

Gráfico 32. Estratégias de sobrevivência em agregados familiares de acolhimento



1. Substituir certos alimentos por + baratos/- preferidos | 21%
2. Reduzir as porções dos alimentos | 28%
3. Restringir o consumo dos adultos em favor das crianças | 34%
4. Reduzir o número de alimentos consumidos diariamente | 20%
5. Comprar alimentos a crédito (endividar-se) | 5%
6. Recolher desperdícios de alimentos | 6%
7. Passar dias inteiros sem comer | 8%

gastam uma proporção mais elevada do seu rendimento em alimentos (78% desses aglomerados gastam mais de 90%) do que a população local (60%).

Estratégias de sobrevivência

Os agregados familiares recorrem a vários tipos de estratégias para fazer face à escassez de alimentos. Algumas delas são altamente prejudiciais, pois podem destruir a capacidade de obter alimentos no futuro, colocar em risco os meios de subsistência ou a saúde dos membros do agregado familiar.

O **Gráfico 31** mostra as diferentes estratégias de sobrevivência dos agregados familiares deslocados e o **Gráfico 32** as dos agregados familiares de acolhimento. São indicadas as percentagens de agregados familiares que aplicaram uma determinada estratégia uma ou mais vezes por semana no último mês.

As estratégias mais frequentemente utilizadas pelos agregados familiares deslocados foram: primeiro, restringir o consumo de alimentos pelos adultos a favor das crianças; segundo, reduzir as porções das refeições, seguido pela restrição do consumo de alimentos e a substituição de certos alimentos por outros mais baratos. Nos agregados familiares de acolhimento, as estratégias são as mesmas, embora com frequência diferente.

O tipo de estratégias mais arriscado para a saúde e a economia familiar foi utilizado mais frequentemente em agregados familiares deslocados do que em agregados familiares de acolhimento. Estes foram: recolha de resíduos e desperdícios alimentares (9%/6%), passar dias sem alimentação (8%/8%) e endividar-se para poder comprar alimentos (7%/5%).

Resumo das principais conclusões do inquérito aos agregados familiares

Segue-se um resumo das principais conclusões da análise dos resultados do inquérito sobre segurança alimentar, que foram apresentados nas secções anteriores.

01.

A escassez de alimentos é a maior preocupação para quase 100% dos agregados familiares, tanto locais como deslocados, seguida pela falta de meios de produção agrícola, acesso a habitação digna e água potável.

02.

Tanto os agregados familiares deslocados (90%) como os agregados familiares de acolhimento (72%) encontram-se em situação inaceitável de insegurança alimentar, medida pela pontuação de consumo alimentar (PCA).

03.

A grande maioria dos agregados familiares inquiridos (97% dos deslocados e 93% dos agregados familiares locais) não têm reservas de sementes de cereais básicos, e se as têm, estas apenas cobrem menos de um mês de abastecimento.

04.

78% dos agregados familiares deslocados dependem mais de 90% do seu rendimento em alimentos, em comparação com 60% dos agregados familiares de acolhimento.

05.

O abastecimento alimentar dos agregados familiares, tanto entre as populações deslocadas como locais, não depende maioritariamente da produção própria de sementes de cereais básicos.

06.

A principal fonte de rendimentos é o trabalho sazonal na agricultura, seguido pela ajuda humanitária e a ajuda de outros membros da família.

07.

Os agregados familiares em centros de realojamento revelam um melhor estatuto de segurança alimentar do que os que se encontram noutros locais, principalmente em casas de acolhimento.

08.

Os agregados familiares deslocados que permanecem mais tempo nas comunidades de acolhimento têm indicadores de consumo alimentar piores do que aqueles que permaneceram menos tempo, indicando uma deterioração da situação ao longo do tempo.

09.

A insegurança alimentar é significativamente mais elevada em Ancuabe (com apenas 5% dos agregados familiares com uma PCA aceitável) do que em Metuge (30%). As localidades com os piores indicadores são Metoro, Ancuabe Sede e Chiote.

10.

Não existem diferenças significativas no PCA entre os agregados familiares chefiados por mulheres e os chefiados por homens.

11.

Os agregados familiares que possuem terras ou têm direitos de acesso a elas têm um PCA significativamente melhor do que os que não possuem terras.

12.

Os agregados familiares que partilham habitação com vários grupos familiares têm um melhor PCA do que os agregados familiares unifamiliares e os que carecem de habitação.

13.

Embora as diferenças não sejam muito significativas, os agregados familiares cuja alimentação depende da sua própria produção de sementes de cereais básicos revelam um PCA ligeiramente melhor do que aqueles que não dependem do seu próprio cultivo.



Conclusões

A escalada da violência devida ao conflito armado na província de Cabo Delgado provocou uma crise humanitária sem precedentes, com a deslocação em massa de cerca de um terço da sua população. Para além da perda de vidas, o conflito está a ter impacto nos meios de subsistência e nos sistemas alimentares dos quais dependem centenas de milhares de pessoas.

Todas as dimensões da segurança alimentar foram afetadas, uma vez que a capacidade de produzir e entregar alimentos aos agregados familiares foi comprometida. Em primeiro lugar, atinge diretamente as comunidades onde ocorrem os ataques, dos quais as pessoas fogem, deixando para trás os seus escassos recursos e meios de subsistência. Em segundo lugar, sobrecarrega a capacidade dos sistemas alimentares nas comunidades de acolhimento, que já eram extremamente frágeis antes da crise.

A maioria da população deslocada procurou refúgio junto da família e amigos, e apenas uma pequena parte foi alojada em centros de acolhimento temporários onde recebe

assistência humanitária. Os agentes do Estado estão sobrecarregados e os parceiros humanitários atingiram o limite das suas capacidades, incapazes de aceder a locais onde se podem encontrar pessoas em situações extremas.

O número sem precedentes de deslocados impõe desafios significativos às comunidades de acolhimento relacionados com a integração da população deslocada, a disponibilidade de habitação, terras para cultivo de alimentos básicos, fontes de emprego, infraestruturas sociais (saúde e educação), acesso a serviços básicos (água e saneamento, gestão de resíduos) e integração social e cultural. A atual crise humanitária evidencia a fragilidade estrutural dos sistemas alimentares e dos meios de subsistência nas comunidades de acolhimento.

Tanto as pessoas deslocadas como as comunidades de acolhimento têm necessidades urgentes de alimentação, alojamento, proteção e serviços básicos. A sobrevivência de centenas de milhares



de pessoas depende hoje em dia da ajuda alimentar, uma vez que os agregados familiares de acolhimento não dispõem de reservas alimentares suficientes para satisfazer as suas necessidades.

Neste contexto de dependência, é imperativo assegurar que a extorsão e o abuso, particularmente o abuso sexual enfrentado por mulheres deslocadas no contexto humanitário, sejam evitados e que sejam postos em prática mecanismos de denúncia transparentes e seguros onde as sobreviventes sejam ressarcidas e os seus direitos garantidos. Isto exige que as organizações humanitárias e as autoridades governamentais invistam recursos em formação e instrumentos de sensibilização com uma abordagem feminista, a fim de inverter as dinâmicas de género pré-existentes baseadas nas desigualdades e prevenir tais casos.

Outro motivo de preocupação é a tensão potencial entre a população deslocada e as populações de acolhimento, uma vez que estas competem entre si por recursos

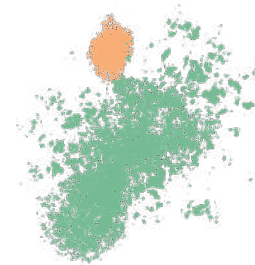
escassos, tanto os locais como os da ajuda externa. Os resultados do inquérito realizado pela Ajuda em Ação nos distritos de Ancuabe e Metuge mostram que os agregados familiares de acolhimento também sofrem de insegurança alimentar, embora esta não seja tão aguda. De facto, a principal preocupação expressa por praticamente todas os agregados familiares inquiridas, tanto locais como deslocadas, é a escassez de alimentos.

A violência e a insegurança alimentar têm uma relação nos dois sentidos e reforçam-se mutuamente num círculo vicioso. A atual crise alimentar em Cabo Delgado não é apenas uma consequência do conflito armado, mas pode também ser um fator que contribui para o conflito. Se várias circunstâncias adversas, tais como secas ou inundações que danificassem as próximas colheitas, um aumento dos preços dos alimentos ou uma redução da ajuda humanitária coincidisse, a fome resultante poderia desestabilizar o frágil equilíbrio existente e agravar ainda mais a instabilidade social.

Recomendações



A resposta humanitária está a salvar muitas vidas. No entanto, os agentes humanitários e de desenvolvimento devem redobrar os seus esforços, em conjunto com as autoridades locais e estatais, para responder tanto às necessidades alimentares imediatas como à necessidade de reforçar a médio e longo prazo a capacidade produtiva, os meios de subsistência e os mercados alimentares locais.



À luz dos resultados do inquérito, da análise dos relatórios de situação e das entrevistas dos principais entrevistados, foram identificados alguns desafios que precisam de ser abordados a fim de contribuir para a segurança alimentar em Cabo Delgado a partir de uma abordagem holística que aborde onexo entre a ação humanitária, a ajuda ao desenvolvimento e a construção da paz:

A curto prazo, as agências humanitárias e as autoridades locais e nacionais devem:

- **Assegurar o acesso a alimentos suficientes** para as populações em situação de emergência, incluindo tanto a população deslocada como a residente, de preferência (e sempre que possível) através de assistência em dinheiro e distribuição direcionada.
- **Fornecer alojamento e serviços básicos** aos agregados familiares mais vulneráveis à insegurança física e alimentar, que não podem regressar e que estão atualmente instalados em locais sem as mínimas condições de habitabilidade.

A médio e longo prazo, as agências humanitárias e de desenvolvimento devem:

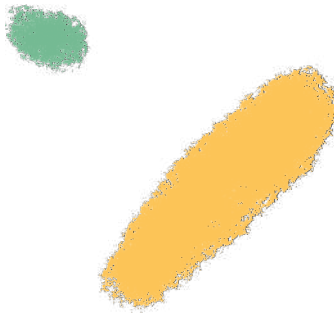
- Promover o **cultivo intensivo de alimentos diversificados** com contributos nutricionais para o autoconsumo e, numa segunda fase, introduzir culturas comerciais que permitam aos agregados familiares aumentar os seus rendimentos. Através da garantia do acesso à terra (tendo em conta que a área mínima

para a produção familiar sustentável é de um hectare) e à água, bem como aos meios de produção agrícola e outros recursos produtivos vitais para melhorar os meios de subsistência e aumentar a disponibilidade de alimentos locais.

- **Reduzir a dependência** da ajuda humanitária, promovendo a produção diversificada de alimentos pelos próprios familiares e as oportunidades de auferir rendimentos.
- Investir na **construção de resiliência** dos sistemas alimentares face às próximas chuvas, ciclones tropicais e fenómenos de seca.
- Construir capacidades para uma melhor **conservação e armazenamento de sementes de cereais básicos**, a fim de aumentar as capacidades de reserva alimentar.
- Ativar/reactivar o funcionamento dos **mercados alimentares** a nível local, para facilitar o acesso a uma diversidade de produtos, incluindo redes de logística, de armazenamento e vendas.
- Incorporar em exercícios de monitorização e avaliação da segurança alimentar ferramentas para recolher informação sobre o **estado dos sistemas alimentares e fatores chave** (ambientais, socioeconómicos, de mercado, etc.), a fim de identificar oportunidades e desafios para a conceção de intervenções abrangentes adaptadas ao contexto local.

Metodologia





Entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, a equipa da Ajuda em Ação em Moçambique e os seus parceiros no terreno realizou um inquérito a mais de 1.000 agregados familiares. Dentro da província foram selecionados os distritos de Metuge e Ancuabe por terem acolhido o maior número de pessoas deslocadas na altura do inquérito*.

(*) Metuge continua atualmente entre os principais distritos de acolhimento, embora Ancuabe tenha sido ultrapassado pelos distritos de Mueda e Montepuez, de acordo com as informações mais recentes.



9 localidades em 2 distritos:
Ancuabe e Metuge



1.045 agregados familiares entrevistados



5.195 pessoas entrevistadas



755 agregados familiares deslocados



205 agregados familiares locais



47% Homens



53% Mulheres



145 Mulheres grávidas e 285 a amamentar

Do total de 1.045 inquéritos realizados, foram processados 987 inquéritos domésticos e 5.195 inquéritos individuais (53% de mulheres e 47% de homens). A amostra incluía 145 mulheres grávidas e 285 mulheres a amamentar.

A população foi dividida em três grupos principais: 1) agregados familiares de deslocados residentes em acampamentos temporários ou fixos, 2) agregados familiares de deslocados residentes em habitações familiares, e 3) agregados familiares de acolhimento.

A conceção do inquérito foi baseada na metodologia do Programa Alimentar Mundial (PAM) para a avaliação da segurança alimentar de emergência (EFSA). O objetivo deste tipo de avaliações é determinar o impacto de um choque na segurança alimentar e nutricional dos agregados familiares e comunidades afetadas, a fim de fundamentar a tomada de decisões para uma resposta humanitária.

As localidades dentro de cada distrito, comunidades e agregados familiares onde o inquérito foi realizado foram selecionados com base em critérios relacionados com a vulnerabilidade, a satisfação das necessidades básicas, exposição aos riscos e como os evitar, entre outros¹. O objetivo do estudo foi identificar necessidades e mostrar a situação das comunidades não assistidas e mal assistidas.

As comunidades e as localidades foram agrupadas em unidades de amostragem de acordo com fatores de homogeneidade, e foram aplicados métodos estatísticos para determinar o número de agregados familiares a entrevistar para cada grupo

1. Foram selecionados agregados familiares onde as pessoas vivem permanentemente na comunidade/bairro selecionado, com rendimentos limitados ou sem eles, com meios de subsistência degradados/destruídos, que são incapazes de satisfazer as suas necessidades básicas numa base contínua (alimentação, água, saneamento, proteção, acesso a cuidados de saúde primários, etc.), e que não receberam ou receberam assistência humanitária insuficiente de terceiros.



de amostra². É importante notar que, uma vez que foi aplicada uma amostragem não probabilística, os resultados não são extrapoláveis para toda a população, mas mostram a situação dos agregados familiares vulneráveis visados.

Foi realizado um total de 1.045 inquéritos, dos quais 987 foram processados após eliminação dos que continham inconsistências ou dados extremos que indicavam possíveis erros, eram repetidos ou careciam de dados-chave imprescindíveis para uma análise mais aprofundada.

A Pontuação de Consumo Alimentar (PCA), entre outras variáveis, foi utilizada para analisar o estado da segurança alimentar dos agregados familiares. O PCA é um

indicador *proxi* do estado da segurança alimentar que é comumente utilizado pelo PAM para avaliar a diversidade alimentar, bem como o valor energético e nutricional dos alimentos consumidos pelos agregados familiares. Baseia-se na frequência com que cada tipo de alimento é consumido e no seu valor nutricional relativo. Cada agregado familiar inquirido recebe uma pontuação PCA e o seu estatuto de segurança alimentar é classificado como "pobre", "no limite" ou "aceitável", de acordo com os pontos de corte padrão sugeridos pelo Programa Alimentar Mundial³.

A PCA fornece informação essencial sobre o consumo alimentar dos agregados familiares, embora apresente algumas limitações. Como está limitado a um período de sete dias, reflete a situação no momento

2. Foi utilizada uma distribuição t-Student com um desvio padrão de 0,5, 5% de erro e 90% de nível de confiança para os inquéritos aos agregados familiares de acolhimento e 10% de erro para os 164 agregados familiares em alojamentos temporários.

3. Para mais informações sobre a PCA ver Programa Alimentar Mundial (2009) Manual de Avaliação da Segurança Alimentar em Situações de Emergência.

Para analisar o estado da segurança alimentar entre a população inquirida, foram utilizadas para além da PCA outras dimensões da segurança alimentar, bem como fatores que a influenciam

do inquérito, mas não necessariamente durante um período mais longo, pois podem ocorrer variações importantes dependendo, por exemplo, dos ciclos de colheita ou da distribuição da ajuda alimentar⁴.

Na ausência de uma ESAE anterior, também não é possível realizar uma análise de tendências ou comparar a situação pós-crise com a situação pré-crise. Outra limitação do PCA é que não fornece informação sobre a quantidade de cada tipo de alimento consumido, nem sobre possíveis desigualdades no consumo alimentar entre os membros do agregado familiar (como

entre crianças, adultos e adultos mais velhos, ou entre homens e mulheres).

Para analisar o estado da segurança alimentar entre a população inquirida, foram utilizadas para além da PCA outras dimensões da segurança alimentar, bem como fatores que a influenciam, tais como a disponibilidade de reservas alimentares, estratégias de sobrevivência, fontes de rendimento ou a propriedade de bens, incluindo a terra. Não foi possível construir outros indicadores sobre disponibilidade de alimentos ou estado nutricional, uma vez que estes requerem dados que não estavam disponíveis no inquérito aos agregados familiares (tais como dados de produção de alimentos, preços de mercado, rendimento, ou variáveis antropométricas).

4. Neste caso, o inquérito foi realizado entre dezembro e janeiro e as colheitas decorrem entre maio e agosto (milho, feijão, arroz, sésamo e mandioca) e abril/maio (outros feijões e amendoins).

Como é calculada a Pontuação de Consumo Alimentar (PCA)

O inquérito aos agregados familiares pediu aos inquiridos que indicassem a frequência de consumo de alimentos durante os sete dias anteriores, agrupados em nove tipos diferentes. A cada grupo alimentar é atribuída uma pontuação de 0 a 7, indicando o número de dias em que foi consumido (independentemente de ter sido consumido uma ou mais vezes no mesmo dia).

A cada grupo alimentar é atribuído um peso (valor) que reflete a sua densidade nutricional:

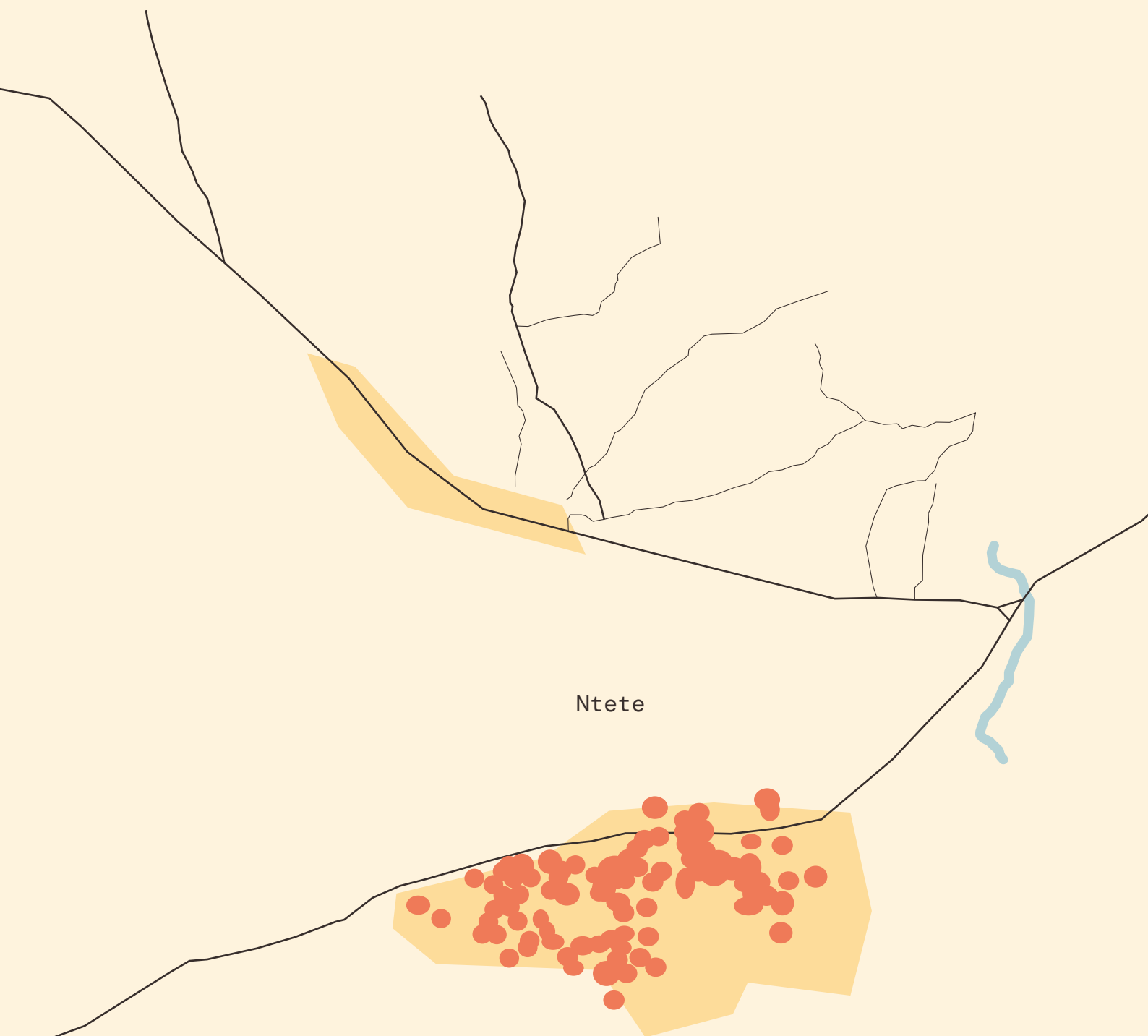
Grupo de alimentos	Peso
Milho, trigo, arroz, batatas, mandioca, batata-doce, massas, bananas, pão, ou outros cereais	2
Feijões, ervilhas, amendoins e nozes	3
Verduras, hortaliças	1
Frutas	1
Carne de vaca, aves, ovos e/ou peixe	4
Leite, queijo, iogurte, natas e/ou outros produtos láteos	4
Açúcares	0.3
Óleo	0.5
Doces (caramelos, bolachas)	0.2

Para calcular o PCA de cada agregado familiar, a frequência com que cada grupo alimentar foi consumido é multiplicada pelo seu respetivo peso e todos estes valores são adicionados para obter uma pontuação composta. A pontuação do agregado familiar pode atingir um valor máximo de 112, que significa que cada um dos grupos alimentares foi consumido todos os dias durante os últimos sete dias.

A pontuação do agregado familiar é então comparada com pontos de corte pré-determinados (ajustáveis de acordo com o contexto local), que indicam o estado de consumo alimentar do agregado familiar e, conseqüentemente, o estado de segurança alimentar. O PAM aplica os seguintes pontos de corte que são válidos numa vasta gama de situações:

Segurança alimentar	PCA
Pobre	≤ 21
No Limite	>21 e ≤ 35

Concentração dos agregados familiares inquiridos em Ancuabe





A Miriangone



Ancuabe

A Nacussa



Bibliografia

Ajuda em Ação. (2021) Índice Global da Fome: Fome e sistemas alimentares em situações de conflito.

COVID-19 Dashboard. Universidad de Medicina Johns Hopkins, disponível aqui. Dados em 15 de outubro de 2021

Famine Early Warning Systems Network. (2021). Mozambique Food Security Outlook Update. Agosto 2021.

FAO. (2021). Mozambique Humanitarian Response Plan 2021.

FAO. (2021). "Northern Mozambique Crisis. Agriculture Livelihoods Response Plan".

Germanwatch. (2021). "GLOBAL CLIMATE RISK INDEX 2021. Who Suffers Most from Extreme Weather Events? Weather-Related Loss Events in 2019 and 2000-2019".

Global Donor Platform for Rural Development. (2019). Global Report on Food Crises.

Government of the Netherlands. 2020. Climate Change Profile: Mozambique. 2020.

Graphic Reuters. Mozambique.

Hanlon, Joseph. "Mozambique insurgency: Rwanda leads the fightback."

Human Rights Watch. September 2021. "Aid-for-Sex Alleged in Northern Mozambique".

International Crisis Group. Stemming the Insurrection in Mozambique's Cabo Delgado Africa Report N°303 | 11 junho 2021..

IOM. (2021). "IOM Director General Calls for Enhanced Support for Northern Mozambique". Agosto 2021.

IOM. (Abril 2021). DTM Mozambique Baseline Assessment Round 12: Cabo Delgado, Nampula, Niassa, Sofala And Zambezia Provinces.

Knoema. Província de Cabo Delgado.

Médicos Sin Fronteras. (2021). 'Dos meses de los ataques en Palma: las secuelas de la violencia en Cabo Delgado', Nota de prensa de Médicos Sin Fronteras 3 de junio de 2021.

Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de Mocambique (2017). Relatório da Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional.

Ministry of Foreign Affairs of the Netherlands. (2018). Climate Change Profile Mozambique.

New Humanitarian. (2019). "Militant attacks complicate cyclone response in Mozambique's Cabo Delgado."

- Observador. (2020). "ONG denuncia abusos sexuais em Cabo Delgado e critica silêncio sobre o assunto"
- OCDE. Mozambique. African Economic Outlook.
- OCHA (2021). Mozambique Access Snapshot - Cabo Delgado Province. Julho 2021.
- OCHA. (2020). Mozambique Humanitarian Response Plan 2021.
- OCHA. (2021). Cabo Delgado Province Mozambique Rapid Response Plan 2020.
- OCHA. (2021). Mozambique Situation Report June 2021.
- OCHA. MOZAMBIQUE Situation Report. Last updated: 1 Jun 2021.
- PMA. (2009). Manual para la Evaluación de la Seguridad Alimentaria en Emergencias.
- República de Moçambique. (2021). Plano de Reconstrução de Cabo Delgado das Zonas Afetadas pelo Terrorismo (2021-2024) PRCD
- Transparency International. (2021). "Mozambique".
- U.S. Department of State. (2019). 2019 Report on International Religious Freedom: Mozambique.
- UNDP. (2020). Briefing note for countries on the 2020 Human Development Report, Mozambique. UNHCR. (2021). Cabo Delgado Situation May-June 2021.
- UNHCR. "Climate change and disaster displacement".
- USIP (2021). "Five Keys to Tackling the Crisis in Mozambique's Cabo Delgado".
- WFP. (2016). Trend Analysis: Key Food Security & Nutrition Indicators - Mozambique..
- WFP. (2021). "Food assistance: cash and in-kind".
- WFP. (2021). "WFP's response to clashes in northern Mozambique."
- WFP. (2021). Mozambique Country Brief May 2021.
- WFP. (2021). Mozambique Country Brief October 2020.
- WHO. (2021). Responding to cholera in Mozambique.
- Worldometers. Mozambique Demographics.

